



# Cidade, patrimônio e cotidiano:

proposta de diretrizes urbanas para a  
valorização das rugosidades da R. General  
Bittencourt

MARCELLA LUIZA VETTORI DALSENTER  
ORIENTADOR • SAMUEL STEINER DOS SANTOS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO • 2020.1  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

# RESUMO

Observando as cidades, de forma mais atenta e crítica, é possível notar alguns padrões de ocupação em decorrência da forma de colonização a qual estas passaram, é possível encontrar vestígios de sua história, tanto em edificações remanescentes, em mudanças drásticas que ocorreram ao longo do tempo, assim como no comportamento e na apropriação de seus usuários cotidianos.

Essas rugosidades, camadas históricas, sócio culturais e sócio geográficas ficam sobrepostas aos usos cotidianos e às eventuais apropriações, são delas que a cidade se constitui. Este trabalho é, portanto um estudo de caso, observação e pesquisa sobre a R. General Bittencourt em Florianópolis - SC que culmina em uma proposta de diretrizes de qualificação desse espaço, tendo o uso cotidiano, o patrimônio histórico e cultural e a diversidade de apropriações, como conceitos determinantes.

# SUMÁRIO

01

03. INTRODUÇÃO  
03. MOTIVAÇÕES  
04. CONTEXTUALIZAÇÃO

02

06. PROBLEMÁTICA  
07. OBJETIVOS GERAIS  
07. OBJETIVOS ESPECÍFICOS  
07. CONCEITUAÇÃO

03

08. ANÁLISE  
08. USO E OCUPAÇÃO  
09. SISTEMA VIÁRIO  
10. PLANO DIRETOR  
11. GABARITOS  
12. PATRIMÔNIOS  
14. ANÁLISE SENSORIAL  
17. SETORIZAÇÃO

04

22. PROPOSTA  
22. DIRETRIZES  
24. FLUXO PEATONAL  
25. APLICAÇÃO DAS  
DIRETRIZES  
26. SETORIZAÇÃO

05

30. AGRADECIMENTOS  
31. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS  
32. REFERÊNCIAS DE IMAGENS

# INTRODUÇÃO

Este trabalho iniciou no segundo semestre de 2019 com o intuito de estudar de forma teórica e sensorial, culturas populares na cidade. Contudo, em decorrência das mudanças trazidas pela crise sanitária do COVID-19 e meus questionamentos em relação ao tema, abordagem e limitações referentes ao trabalho, este foi sendo alterado de forma gradual.

A partir do segundo semestre de pesquisa, fomos, e falo no plural, pois ninguém se manteve de fora, assolados por uma pandemia mundial de proporções não imaginadas até então. Fomos afetados pelas decisões políticas, pelos impactos econômicos e principalmente pelos efeitos psicológicos que uma mudança dessa proporção pode causar. Eu, assim como muitos, fui afetada por todos esses acontecimentos e meu trabalho, sendo parte de mim, também se transformou numa nova busca por sentido e enfrentamento.

Iniciei este trabalho falando sobre espaço público e construí conceitos que não me abandonaram durante a construção destes novos questionamentos e resoluções. Falei de cotidiano, de espaço urbano, camadas da cidade, apropriação, etc. Enfim, conceitos que serão mais desenvolvidos durante o trabalho e que continuarão fazendo parte deste, neste novo contexto.

A transformação do trabalho surgiu, portanto, da necessidade de entender de que forma meu papel, como Arquiteta e Urbanista, se mantém ativo e pertinente em meio ao distanciamento da região de estudo. Entendi, durante o passar dos meses e da continuidade do trabalho, que meu vínculo com a região permaneceu, que as problemáticas se somaram e que este, assim como muitos projetos, tem por intenção maior gerar debate.

Em relação ao local de estudo, portanto, optei por estudar a R. General Bittencourt no Centro de Florianópolis, para realizar uma proposta de diretrizes de desenho urbano tendo as especificidades deste local como agente principal, levando em conta o contexto histórico, físico e social em que esta área está inserida.

Relembrando a necessidade atual de realizar esta proposta de forma especulativa e “à distância”, em decorrência da crise sanitária. Afirmo, portanto, que não tenho a intenção de entregar respostas definitivas às problemáticas encontradas na região, mas também não desejo me isentar da responsabilidade de desenvolver um desenho que possa ser objeto de debate e diálogo.

# MOTIVAÇÕES

Ao refletir sobre as inquietações que movem este trabalho e também sobre enfrentar uma mudança na continuidade do trabalho considerando uma situação tão atual quanto a pandemia, parti para uma reflexão muito honesta e cheguei a uma conclusão bastante simples.

O uso do espaço urbano pelo pedestre foi algo que sempre estimulou minhas propostas durante a graduação, observar e entender os usos, apropriações e movimentações dos corpos que desses locais se utilizam.

Desde muito jovem o movimento é algo que me fascina, seja através da dança e das artes, ou do caminhar pela cidade, seja pelo tempo, que transforma por onde passa, tanto os corpos como os espaços. Observar essas transformações, entender como acontecem e porquê e que novos rumos podem surgir são temáticas que sempre tive interesse.

Optei por observar, do ponto de vista de problemática, este momento histórico específico que é a situação atual da crise sanitária causada pelo COVID-19 e fui me dando conta das transformações que esta afetou nos comportamentos, nos usos, nos espaços urbanos.

A cidade em meus questionamentos sobre o tema é de suma importância por ser o palco de toda essa construção, o movimento das pessoas na cidade, seus usos próprios, as adaptações, organizações e reorganizações de espaços, é na cidade que há a presença física e vestígios dos corpos que a utilizam e suas relações.

# CONTEXTUALIZAÇÃO

A cidade de Florianópolis é a capital do estado de Santa Catarina, localizado na região Sul do Brasil. Seu território é composto majoritariamente por uma ilha e também por uma parte continental e ilhas menores.

O núcleo de fundação da cidade é conhecido como Centro Histórico ou Distrito Sede Insular, segundo o SEPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município), e surgiu no período colonial durante o século XVII, com a Praça XV de Novembro, a Igreja Nossa Senhora do Desterro – atual Catedral Metropolitana de Florianópolis –, edificações institucionais e habitações que se encontravam em áreas adjacentes a esta organização principal.

O crescimento da cidade se deu de forma muito lenta neste período, sendo que é datado do início do século XIX o maior crescimento da cidade até então. A partir de 1800 muitos arruamentos surgiram e novas ocupações e bairros se instalaram. Inclui-se a região da Tronqueira, antigo nome da área onde se encontra a atual Rua General Bittencourt, objeto de estudo deste trabalho.

Esta região era conhecida como um dos “bairros tenebrosos do Desterro” por ser habitada por maioria pobre. Ali viviam lavadeiras, soldados, prostitutas, trabalhadores braçais e negros libertos em habitações coletivas chamadas cortiços, acreditava-se que este era o local de surgimento das epidemias (MELO, 2010).

Em uma época onde a condição social se expressava mais pela diferença entre as habitações do que pela localização na cidade, essa rua reunia não só pobres mas também trabalhadores das olarias que mantinham casas de aluguel e chácaras. Era comum que essas casas “porta e janela”, casas térreas com fachada estreita, fossem propriedade de senhores de escravo, que mantinham casas de valor mais baixo para aluguel da casa e quartos, como cortiço (SANTOS, 2009, p. 95).

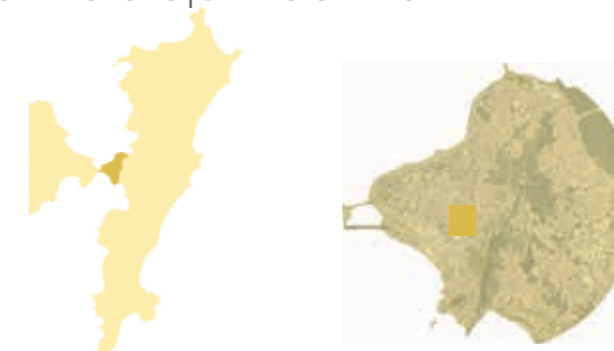
Esses usos se justificam pela segregação da área central da cidade, pela proximidade dos locais de concentração de serviços e pela dificuldade de deslocamento na época, quando não se tinham vias delimitadas e nem conexão térrea para o continente.

Para barrar o desenvolvimento dos bairros pobres e por pressão das classes mais abastadas a Câmara Municipal cria os Códigos de Posturas Municipais, com o intuito de aplicar práticas higienistas e padronizadoras para a cidade e seus habitantes. Dentre essas práticas estavam legislações sobre parâmetros arquitetônicos, estéticos e de moral e comportamento, sendo aplicadas à cidade e a todos os seus habitantes.



Imagem 01 - Tipificação de casas na região da Tronqueira no início do século XX. Na foto os quintais e fundo das casas voltadas para o córrego canalizado (Rio da Bulha), é da Tronqueira. Fonte: acervo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

FLORIANÓPOLIS | BAIRRO CENTRO



BAIRRO CENTRO | REGIÃO DA R. GAL. BITTENCOURT



REGIÃO DA R. GAL. BITTENCOURT COM DESTAQUE NA VIA



Imagens de acervo pessoal.

REGIÃO DA R. GAL. BITTENCOURT COM VOLUMETRIAS

# CONTEXTUALIZAÇÃO

No início do século XX houve maiores mudanças na região central e no lado leste, reconstruções, saneamento, canalizações e demolições de casebres, forçando a população de baixa renda a se deslocar para o Maciço do Morro da Cruz com maior intensidade.

A canalização do Rio da Bulha foi uma das obras mais importantes dessa política, a aplicação de medidas de saneamento institucionalizadas e a criação da “Avenida do Saneamento”, atual Av. Hercílio Luz sobre o rio canalizado, na década de 20. Assim como a abertura do último trecho da Av. Mauro Ramos, que era até então chamada de “Rua das Olarias”, pelo caráter dos serviços ali prestados (CARDOSO; IANNI, 1960).

No ano de 1952 foi desenvolvido o primeiro Plano Diretor de Florianópolis, o projeto tinha ideais de mudança e desenvolvimento econômico. A economia seguiu se apoiando na função administrativa do estado e para isso inicia-se uma divisão clara das áreas institucionais, comerciais e habitacionais, afastando ainda mais as habitações do Centro Histórico e mudando o caráter da região, de misto para comercial e institucional.

Atualmente, está em vigor o Plano Diretor de 2014 que institui os usos da região da seguinte forma: A Av. Mauro Ramos concentra serviços que atendem a cidade de forma mais ampla, sendo designada Área Mista Central (AMC) com algumas Áreas Comunitárias/Institucionais (ACI).

Diretamente conectado com a Av. Mauro Ramos está o maciço do Morro da Cruz, que concentra comunidades diversas em áreas de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) com serviços locais e ocupação predominantemente residencial.



Imagem 02 - Canalização da Fonte Grande (Rio da Bulha), início do século XX. Trecho próximo ao pontilhão da Rua Jose Jacques. Fonte: acervo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

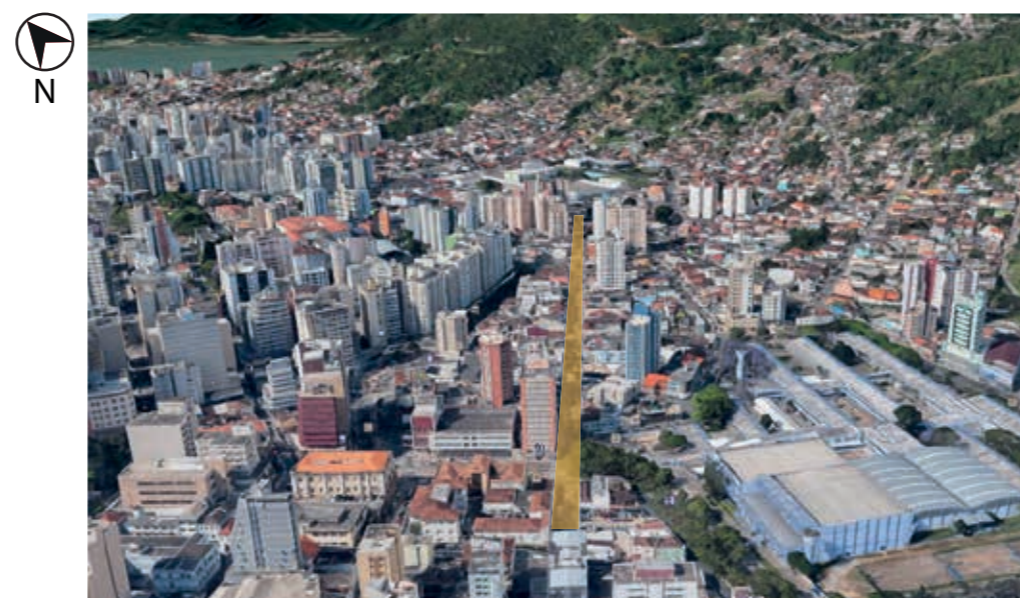


Imagem 03 - Vista superior com destaque na R. General Bittencourt. Ao fundo da imagem se encontra o Maciço do Morro da Cruz, à frente parte da região do Centro Leste, canto direito em baixo o IEE e canto superior esquerdo a Av. Beira Mar. Fonte: Google Earth. Acesso: Julho/20. Demarcação da via autoral.

A Av. Hercílio Luz é parte AMC e parte Área Residencial Predominante (ARP) e R. General Bittencourt com as ruas do entorno imediato são configuradas exclusivamente como ARP 12.5 (PMF, 2014) com 21 edificações tombadas pelo SEPHAN como Conjunto IV (Bairro da Tronqueira) e Conjunto V (R. Gal. Bittencourt) (SEPHAN, 1990).

Esta região concentra, portanto, usos bastante diversos e fluxo constante de pessoas, sendo a R. General Bittencourt uma via de conexão entre equipamentos importantes das Avenidas Hercílio Luz e Mauro Ramos, como o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e o Instituto Estadual de Educação (IEE), e também um local de resistência de serviços de pequeno porte, de atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade e habitações com menor valor agregado.

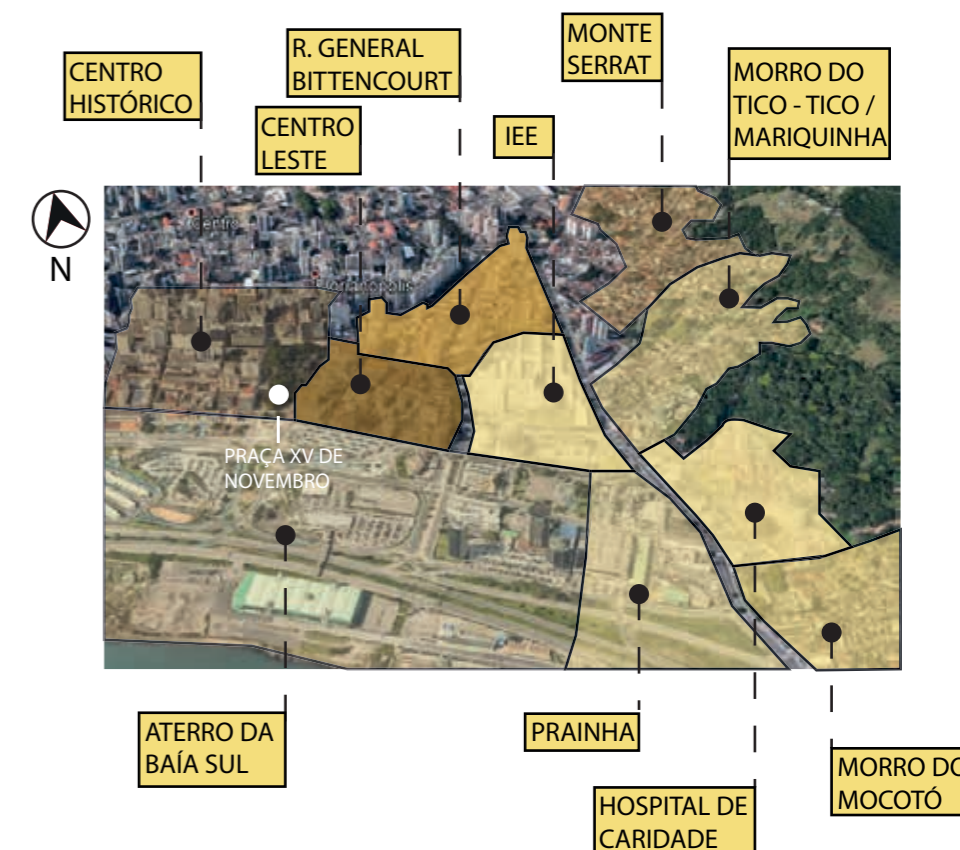


Imagem 04 - Mapa com setorização básica de algumas regiões do Centro de Florianópolis, assim como demarcação de alguns equipamentos importante. Fonte: Google Earth. Desenvolvimento: acervo pessoal.

# PROBLEMÁTICA

A problemática se desenvolve em algumas esferas, sendo algumas referente ao local de estudo (R. General Bittencourt) e outras de caráter global que também influenciam a área estudada.

Foi observado alguns aspectos atuais levantados através da visita ao local, observação da arquitetura presente, os usos predominantes e a ocupação da via, assim como as leituras sobre a história e conformação da região, os usos antigos e a transformação desses, a relação com as edificações históricas presentes ali.

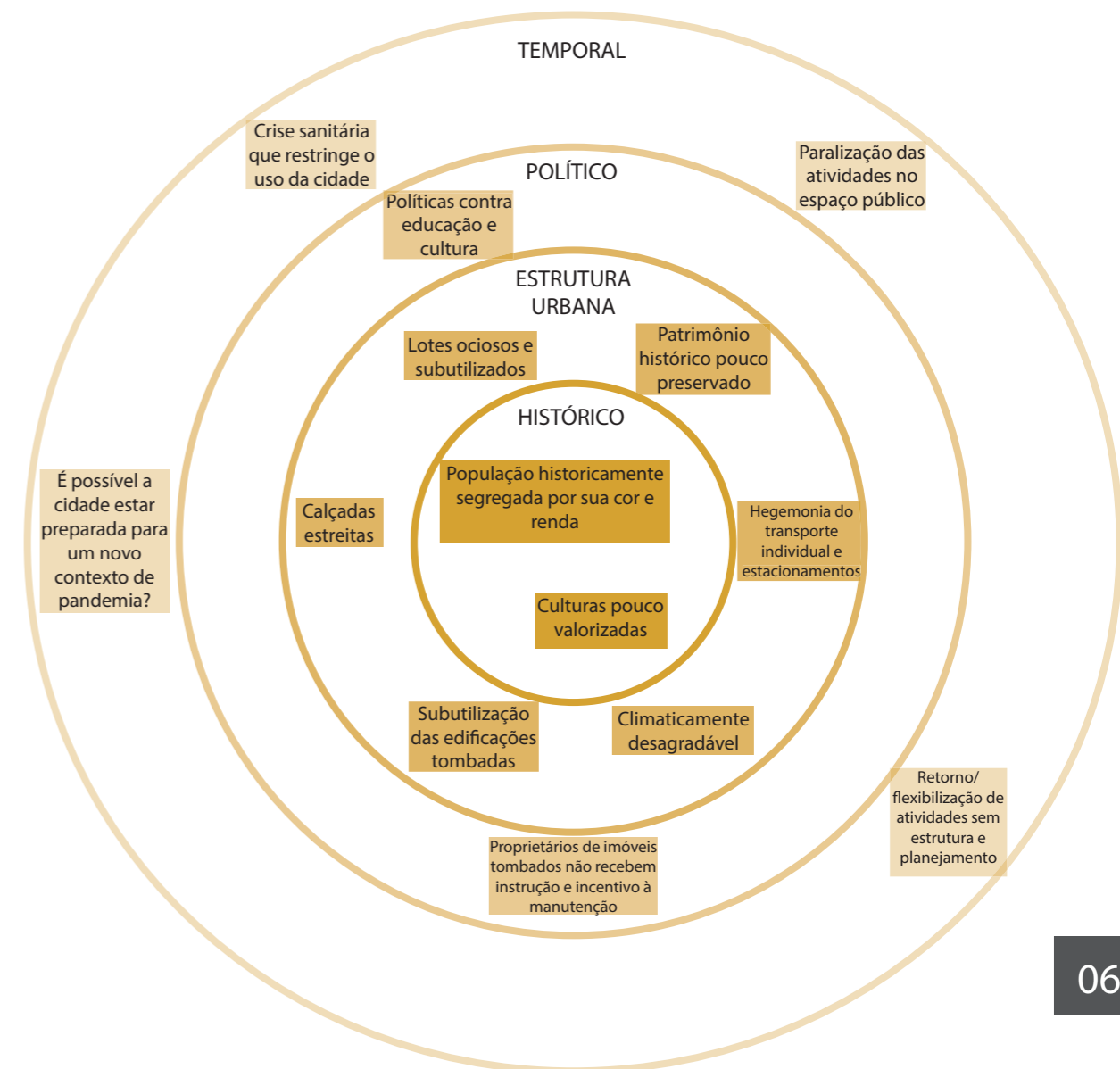
As esferas abordadas referente ao local são seu **contexto histórico**, tendo em vista que a ocupação da região iniciou no período colonial e que até hoje apresenta características de segregação em decorrência da população marginalizada que ali vive.

Há também problemática referente à **estrutura urbana** da R. General Bittencourt e arredores que são bastante focados no automóvel, com calçadas estreitas, incidência solar intensa, pouco convidativo à permanência e também ao deslocamento a pé, realizado normalmente nas vias próximas. Apresenta grande quantidade de lotes subutilizados e o descaso com a arquitetura histórica da região, cujo processo de tombamento e suas implicações são desconhecidos inclusive por seus gestores, na maioria dos casos, o que contribui para a descaracterização e degradação dos bens (CUNHA, 2012).

Nas esferas que se sobrepõem à região e que também serão abordadas neste trabalho estão à cultura e educação, tanto **negligenciadas politicamente**, principalmente nos últimos tempos, em decorrência da diminuição drástica nos investimentos por parte do Governo Federal e também da política coerciva em relação às instituições de educação e cultura (FLC, 2020) e que tem uma grande potência na R. General Bittencourt pela sua localização próxima aos equipamentos de educação e sua força histórico-cultural.

Assim como o aspecto temporal trazido pela **crise sanitária do COVID-19**, que nos forçou o distanciamento da cidade por um tempo e conseqüentemente afetou os comércios e serviços que existiam e resistiam na região e também as relações entre esta área e seu entorno, visto que o fechamento do formato presencial das instituições de ensino e a ampliação dos serviços sociais prestados na região delimitam ainda mais os usuários deste espaço.

Acredito ser, portanto, uma área com grande potencial de suporte para as atividades educacionais, visto que apresenta proximidade a diversos equipamentos de ensino de diferentes portes e que atendem uma grande diversidade de pessoas (faixa etária, de caráter público e privado,...), também para atividades de caráter público e social, visto que se encontra numa região repleta de sindicatos, organizações referentes ao trabalho, habitação e assistência social e cultura, visto que é uma área que apresenta um forte histórico ainda presente nas características da rua e que reúne uma grande diversidade de pessoas.



# OBJETIVOS

## OBJETIVO GERAL

Propor diretrizes de desenho urbano pensando em possíveis usos e apropriações na R. General Bittencourt, tendo o cotidiano, o patrimônio cultural, a diversidade e as rugosidades da região como agentes consolidadores.

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Entender o papel histórico e atual da R. General Bittencourt no contexto da área central de Florianópolis;
2. Estudar o espaço público, a partir da R. General Bittencourt, tendo em vista seus usos, fluxos, apropriações e potencialidades;
3. Analisar as formas de apropriação da R. General Bittencourt no período pré e durante pandemia;
4. Propor diretrizes de desenho urbano com base nas análises levantadas até aqui.

# CONCEITUAÇÃO

Alguns conceitos deste trabalho surgiram antes mesmo da definição do local de estudo. Minha intenção desde o início era estudar o espaço público, entender as dinâmicas cotidianas e abordar as diversidades nesse espaço.

Para tanto, quatro conceitos me acompanham desde o início e por isso trago definições mais pragmáticas para o meu trabalho.

1. **espaço urbano** é definido como espaço de coexistência e diversidade, um solo frutífero para interação, como afirma Georg Simmel em *Grandes Cidades e a Vida do Espírito*;

2. **cotidiano**, algo corriqueiro, presente no dia-a-dia, de fácil acesso;

3. **diversidade**, como possibilidades de apropriação por diferentes grupos de indivíduos que utilizam o espaço;

4. **patrimônio**, como conjunto de elementos de que reavivam a memória, seja por relatos da memória coletiva ou pelo patrimônio edificado (EDELWEISS, 2016).

Em seguida, com a definição do local de estudo, mais termos se tornaram relevantes para o entendimento daquele espaço e acrescentei, portanto, os **espaços opacos**, definição de Milton Santos para espaços onde o novo acontece, estes são os espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, que são espaços da exatidão; e **rugosidades urbanas**, que são as camadas da cidade que se sobrepõe e deixam marcas, heranças não só físico-territoriais como socioterritoriais e sócio geográficas (SANTOS, 2006, p. 221).

# ANÁLISE

## USO E OCUPAÇÃO

A Rua General Bittencourt inicia na Av. Mauro Ramos e atravessa a Av. Hercílio Luz, conectando dois pontos educacionais o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) até o Instituto Estadual de Educação (IEE) e finalizando na Rua Vítor Meirelles, em frente ao Ministério do Trabalho e Emprego. Nela encontram-se também alguns serviços de atendimento a públicos específicos, como o Centro POP, que atende pessoas em situação de rua, o CEJA, Centro de Estudo de Jovens e Adultos, o centro de auxílio ao CEPON, Hospital Oncológico e o Albergue Municipal de Florianópolis.

Nas proximidades e ao longo da via é possível encontrar comércios de pequeno porte, como sapatarias, restaurantes, papelarias, mercearia, ateliê de costura, conserto de veículos, salões de beleza, distribuidoras de bebidas, barbearia, lanchonete, gráficas, igrejas, brechós e venda de móveis usados, assim como bares, boates e restaurantes que estimulam a vida noturna.

Encontra-se também vários serviços de atendimento ao trabalhador, como sindicatos de trabalhadores, Ministério do Trabalho e proximidade ao Pró-Cidadão.

Há a presença forte de habitações com diferentes características. Dentre elas as multifamiliares, como indica o plano diretor, que delimita maior parte da área como ARP 12.5, ou seja, área residencial predominante de até 10 pavimentos com possibilidade de acréscimo de até 2 pavimentos e taxa de ocupação de 50% e unifamiliares, que resistem ao crescimento da região, alguns pequenos sobrados e casas que mantêm o caráter histórico da via.

É possível notar, também, pelo mapa e ao caminhar pela via que esta apresenta uma quantidade relativamente alta de edificações ociosas, fato que se agravou durante a crise sanitária do COVID-19 em 2020, e terrenos utilizados como estacionamento, ao que tudo indica este uso se popularizou pela proximidade a duas avenidas com equipamentos urbanos de maior porte, que apresentam maior raio de abrangência nos atendimentos, tornando essa demanda presente e não suprida pelas vagas disponíveis nessas avenidas.





Uma parte do sistema viário desta região do centro de Florianópolis se configurou no período colonial, ou seja, apresenta ruas estreitas e sem recuos nas fachadas. As vias são majoritariamente de mão única, classificadas como subcoletoras ou locais e com estacionamento em pelo menos um dos lados da via tornando-as ainda mais estreitas e com menores calçadas.

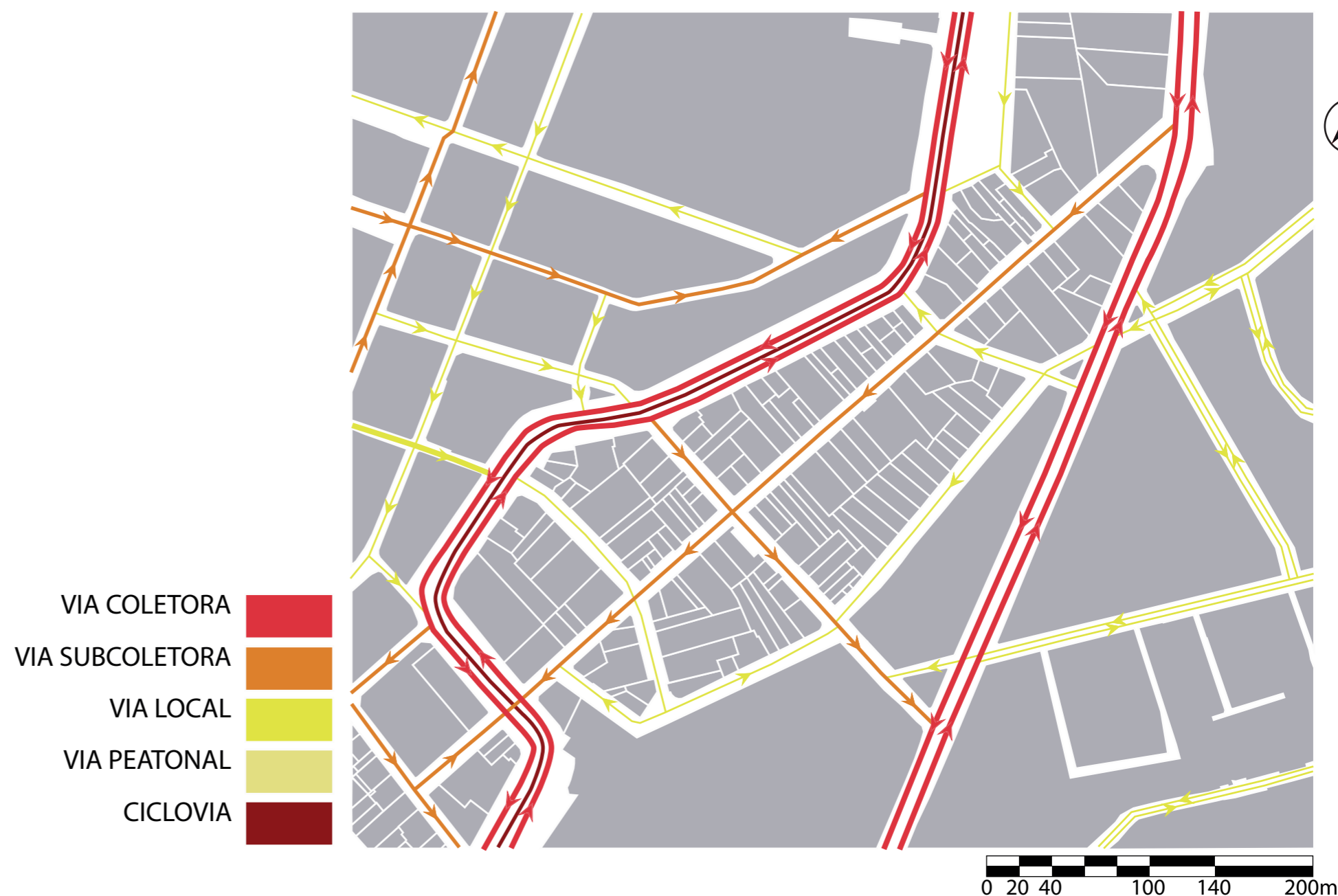
Há ainda duas vias de maior importância que conectam diversos pontos do centro de Florianópolis, a Av. Mauro Ramos, que conecta o aterro da Baía Norte ao túnel de Florianópolis e a Av. Hercílio Luz que tem uma das entradas na Av. Mauro Ramos e a outra nas proximidades de importantes edificações da administração pública de Florianópolis.

Ambas vias são consideradas coletoras por apresentarem maior velocidade e conectarem localidades de maior importância para a cidade, contudo é possível notar a prioridade do automóvel em toda a região, sendo a Av. Hercílio Luz a única via com ciclovia e esta está desconectada de outras ciclovias da cidade.

Essa prioridade se mostra forte também na relação entre a largura das calçadas e a quantidade de vagas para estacionamento na via pública, assim como os lotes de estacionamento privados presentes em toda a região, mas principalmente na R. General Bittencourt.

Portanto, é possível notar que a R. General Bittencourt apresenta pouco caráter conectivo, ou seja, é uma rua pouco utilizada como escoamento de fluxo, visto que o fluxo de veículos se concentra nas avenidas principais e estas se conectam através das vias perpendiculares e também apresenta pouca conectividade entre localidades, sendo a disponibilidade de vagas de estacionamento sua característica mais marcante.

MAPA DO SISTEMA VIÁRIO



O plano diretor atual de Florianópolis é do ano de 2014 e sofreu algumas alterações em ementas nos anos posteriores.

De maneira objetiva é possível notar que a área da R. General Bittencourt é predominantemente residencial, o que estimula a ocupação da região e a manutenção de comércios de pequeno porte, contudo apresenta o índice 12.5, ou seja, construções de 10 pavimentos, podendo acréscimo de até 2 e taxa de ocupação do terreno de 50%. Esse índice induz a construção de grandes edificações residenciais, como é o caso de algumas já existentes (PMF, 2014).

Em relação ao entorno, esta região é cercada de áreas comunitárias/institucionais importantes para a cidade, como equipamentos de educação e cultura, contudo não apresenta áreas verdes de lazer significativas para atender a região, contando apenas com a praça Olívio Amorim.

Nas proximidades do Monte Serrat a classificação é área residencial mista com menor número de pavimentos, o que permite comércios locais que atendem os moradores. Nas avenidas é estimulada ocupação intensa de comércios que atendem toda a cidade e a verticalização das edificações.

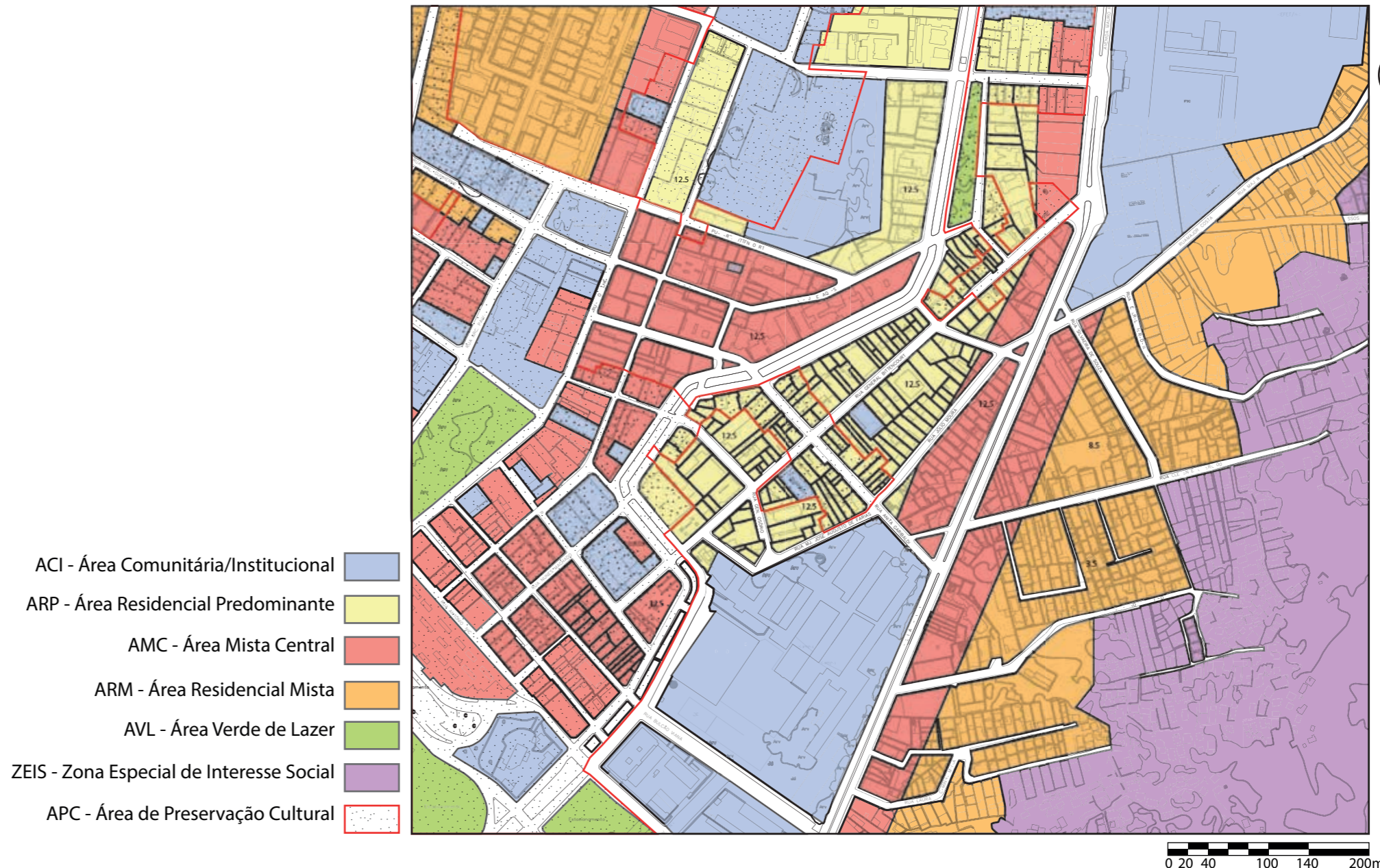
A região é bastante próxima do Maciço do Morro da Cruz, ou seja, apresenta uma área de ZEIS, Zona Especial de Interesse Social, bastante densa e significativa para a cidade. As ruas General Bittencourt e Anita Garibaldi são responsáveis pela conexão a pé entre essa área e o Centro Histórico de Florianópolis, contudo a Av. Mauro Ramos ainda é a responsável pela conexão de forma efetiva desta região com outras áreas da cidade.

Há ainda a determinação do perímetro de APC-1, Áreas de Interesse Histórico-Cultural destinam-se à preservação do patrimônio cultural, abrangendo o arquitetônico, artístico, paisagístico, tecnológico, urbanístico dentre outros, incluindo assentamentos, conjuntos, espaços, edificações, monumentos e objetos; (art. 143/Lei Complementar n. 482, de 17 de janeiro de 2014), que aponta regiões onde a há um valor histórico e cultural a ser preservado o que leva ao tombamento de edificações específicas ou um conjunto e também a manutenção das características da região, ou seja, é necessária a aprovação do órgão municipal responsável para alterações mais significativas.

**Art. 145 - Nas Áreas de Preservação Cultural (APC), a realização de obras de desmonte, terraplanagem, aterro, desmatamento, corte e plantio de árvores de qualquer porte, obras de infraestrutura em geral, pavimentações, bem como quaisquer outras modificações do relevo e da paisagem depende de anuência prévia dos órgãos municipais competentes, incluindo o SEPHAN (Lei Complementar n. 482, de 17 de janeiro de 2014).**

**Art. 166 - Parágrafo Único - A regulamentação dos planos de massa para Áreas Históricas (APC-1) conterá normas específicas quanto aos afastamentos, índices de aproveitamento, gabarito de altura, volumetria e estética das edificações (Lei Complementar n. 01, de 1997).**

MAPA DO PLANO DIRETOR

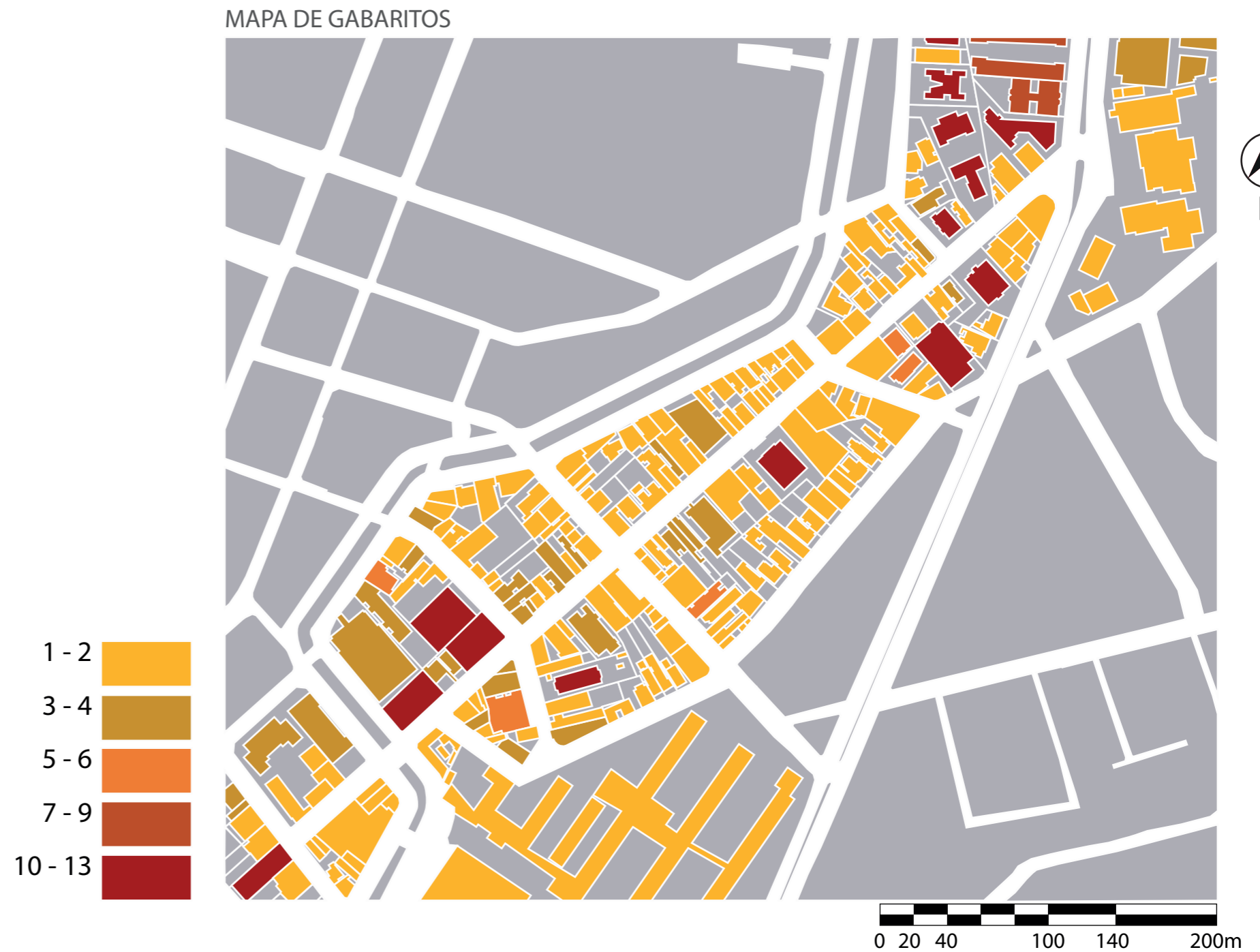


Em relação aos gabaritos das edificações na região é possível visualizar que apesar do Plano Diretor apresentar diretrizes de crescimento vertical, essa transição ocorre de maneira bastante lenta, tendo majoritariamente edificações de até dois pavimentos.

Contudo já se nota a presença de edificações com até doze pavimentos de caráter exclusivamente residencial multifamiliar, principalmente nas proximidades das avenidas Hercílio Luz e Mauro Ramos, ou seja, em áreas não contempladas como APC segundo o Plano Diretor.

Essas áreas (APC-1 – área de preservação cultural) são classificadas como áreas que destinam-se a preservação do patrimônio cultural, o que significa que devem ter aprovação do órgão responsável para eventuais alterações, levando ao controle sobre as possíveis obras de adensamento na região (PMF, 2014).

Em relação a essas políticas existem pontos positivos, como um maior controle da ocupação e cuidado com os objetos arquitetônicos tombados, mas também há ressalvas a se fazer, pois são políticas que acabam gerando esvaziamento a área e falta de interesse em investir por parte dos proprietários, que por vezes não tem conhecimento das indicações de uso e proibições nas suas propriedades e entorno (CUNHA, 2012).



## PATRIMÔNIOS

Nas ruas General Bittencourt, Anita Garibaldi e na Travessa Olindina Alves Pereira concentram-se os tombamentos patrimoniais dos Conjuntos IV e V do Centro Histórico de Florianópolis. Tombados pelo SEPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município, pelo Decreto 270/86 e atualizado pelo Decreto 190/90, esses conjuntos apresentam edificações de importância histórica, cultural, arquitetônica e tradicional ao município.

**“Art. 149 - Os imóveis situados nas APC-1 serão enquadrados por ato do Poder Executivo Municipal em cinco categorias de preservação:**

*[...] II - P-2 - imóvel participe de conjunto arquitetônico, a ter seu exterior totalmente preservado, possibilitando remanejamento interno, desde que sua volumetria e acabamento externos não sejam afetados e sejam mantidos aqueles elementos internos de excepcional valor histórico e/ou arquitetônico;”*

O tombamento de um conjunto histórico é de extrema importância para a preservação da história de um município, contudo, apesar de pertencer a uma área de preservação cultural, essas edificações não são necessariamente conservadas de forma efetiva, visto que não há fiscalização e aplicação das medidas definidas pela Legislação Federal no Estatuto da Cidade em relação à função social da propriedade tornando estas ociosas e desvalorizadas.

Segundo o Estatuto da Cidade, portanto, **“Art. 39 - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.”** (Lei 10.257 de 10 de julho de 2001).

Em relação ao entorno das edificações tombadas, compreendido como vizinhança um raio de até cem metros a partir da edificação em questão, aplicam-se medidas definidas pela Lei Municipal Nº 1202/74 que determina:

**“Art. 19 - Sem prévia autorização do SEPHAN, não será permitido, nas vizinhanças de bem imóvel tombado, ou enquadrado nas categorias de preservação P1 ou P2, fazer obra, de qualquer espécie, que impeça ou reduza a visibilidade, sob pena de ser determinada a demolição da obra às expensas do proprietário e de lhe ser imposta multa de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais).**

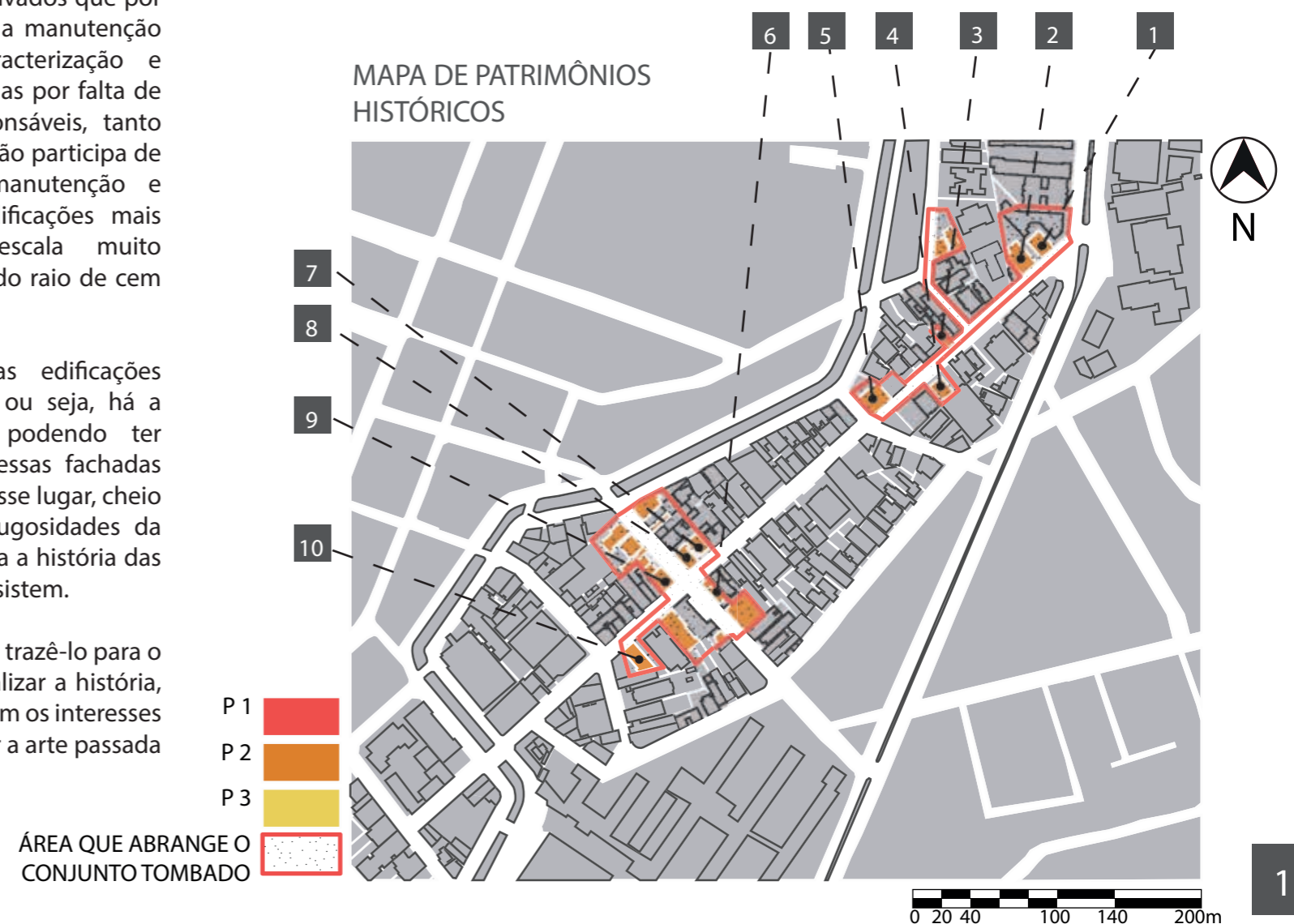
**1º O SEPHAN exigirá estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV), de acordo com a Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto de Cidade), com relação aos aspectos de proteção da paisagem urbana e do patrimônio cultural;”**

Neste viés é possível afirmar que há políticas eficientes em relação à manutenção dos imóveis tombados, que existe reconhecimento, à nível municipal e federal, da importância desses imóveis, contudo essas políticas vão de encontro à interesses privados que por vezes desconhecem os incentivos para a manutenção dessas edificações, causando descaracterização e ofuscamento dessas edificações tombadas por falta de manutenção por parte de seus responsáveis, tanto proprietários como poder público, que não participa de forma efetiva na conscientização, manutenção e fiscalização, e pela construção de edificações mais recentes que apresentam uma escala muito desproporcional às preservadas dentro do raio de cem metros.

Como demonstra o mapa, as edificações tombadas são classificadas como P-2, ou seja, há a preservação integral das fachadas, podendo ter remanejamento interno. A presença dessas fachadas voltadas para a rua reconta o passado desse lugar, cheio de memórias e vivências, reativa as rugosidades da cidade e lembra aos cidadãos atuais toda a história das culturas que por ali passaram e que ali resistem.

Preservar esse material histórico e trazê-lo para o convívio cotidiano é uma forma de atualizar a história, conviver com o passado e o presente e com os interesses daquela região, permitir observar e sentir a arte passada conversar com a atual, em conexão.

Na página seguinte encontram-se imagens das edificações numeradas no mapa, cada uma delas apresenta uma imagem, datada do período de tombamento da edificação e uma imagem atual. É possível notar através deste comparativo que em decorrência do tombamento houve a restauração e preservação dessas edificações. Demonstrando a importância de catalogar e preservar, tornando presente e visível camadas históricas na cidade, que está em constante transformação.



## PATRIMÔNIOS



EDIFICAÇÃO 1  
dez/91. Fonte: Betina Adams - acervo SEPHAN;



EDIFICAÇÃO 1  
jan/20. Fonte: Acervo pessoal.



EDIFICAÇÃO 6  
jun/93. Fonte: Norberto Depizolatti - acervo SEPHAN;



EDIFICAÇÃO 6  
jan/20. Fonte: Google maps.



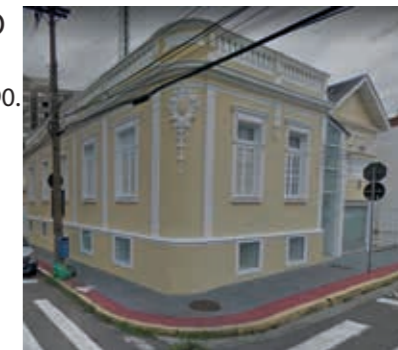
EDIFICAÇÃO 2  
jun/93. Fonte: Norberto Depizolatti - acervo SEPHAN;



EDIFICAÇÃO 2  
jan/20. Fonte: Acervo pessoal.



EDIFICAÇÃO 7 e 8  
década de 1990. Fonte: acervo SEPHAN;



EDIFICAÇÃO 7 e 8  
jan/20. Fonte: Acervo pessoal.



EDIFICAÇÃO 3  
década de 1990. Fonte: acervo SEPHAN;



EDIFICAÇÃO 3  
jan/20. Fonte: acervo pessoal.



EDIFICAÇÃO 9  
jun/93. Fonte: acervo SEPHAN;



EDIFICAÇÃO 9  
jan/20. Fonte: acervo pessoal.



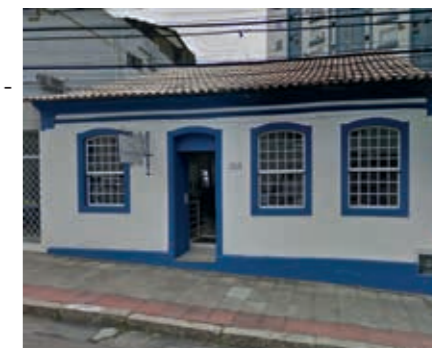
EDIFICAÇÃO 4  
década de 1990. Fonte: acervo SEPHAN;



EDIFICAÇÃO 4  
jan/20. Fonte: Google maps.



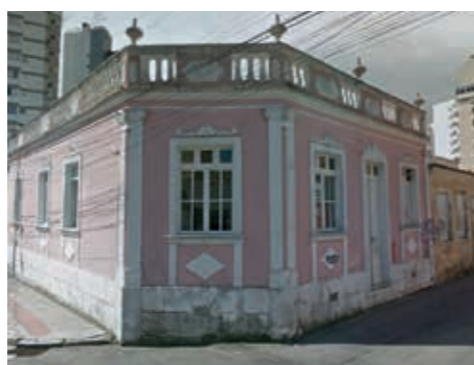
EDIFICAÇÃO 10  
jun/93. Fonte: Norberto Depizolatti - acervo SEPHAN;



EDIFICAÇÃO 10  
jan/20. Fonte: Google maps.



EDIFICAÇÃO 5  
década de 1990. Fonte: acervo SEPHAN;



EDIFICAÇÃO 5  
jan/20. Fonte: acervo pessoal.

A escolha do local se deu, primeiramente, através visita à região da R. Gen. Bittencourt e proximidades, Av. Mauro Ramos, Av. Hercílio Luz e entorno. Observei a dinâmica do lugar, suas ocupações espontâneas, os usos cotidianos, a circulação de pessoas que dentro de sua rotina expressam suas particularidades.

A pesquisa sobre a região iniciou logo em seguida através de mapas, que demonstraram a variedade de usos da região, com comércios e serviços, instituições educacionais, habitações, habitações de interesse social, patrimônios históricos, serviços de assistência social e sindicatos e serviços vinculados ao trabalho.

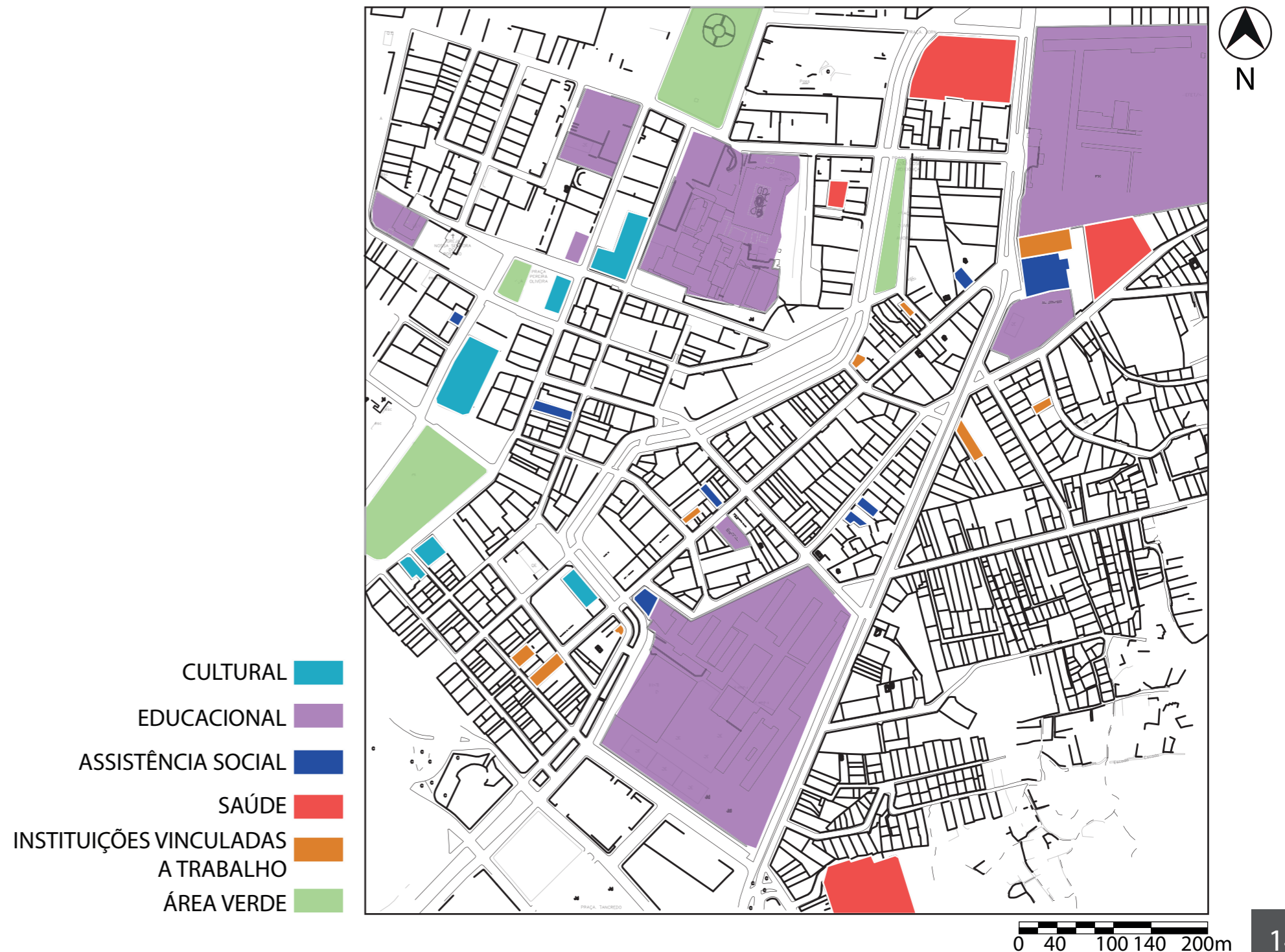
Todos esses equipamentos convivendo com uma proximidade interessante e ao mesmo tempo desconectados por uma via com grande potencial desperdiçado. A presença na cidade, o sentir se fez necessário, visitei o local mais algumas vezes para compreender o que acontece ali. A priorização do automóvel, a falta de espaços de estar e má qualidade da caminhabilidade (seja pela incidência solar ou pela qualidade das calçadas) faz desta rua um ambiente hostil, que faz muitos darem a volta.

Mesmo assim, o que chamava a atenção é, apesar de tanta hostilidade, há vida, uso, caminhabilidade, permanência nas calçadas, conversas entre um lado e outro da rua, tradições mantidas nos brechós, sapatarias, reparos de móveis, bares e lanchonetes que resistem na região demonstrando as rugosidades desta rua, seu passado histórico e seu presente em constante atualização.

Neste período, meu trabalho estava ganhando o direcionamento de um projeto urbano que fortaleceria os usos da região, com a participação dos usuários constantes da área, esta etapa foi bruscamente interrompida pela crise sanitária do COVID-19, em março deste ano.

Esta região sofreu drasticamente com as restrições exigidas neste período de pandemia, realizei algumas visitas ao longo desses meses e observei o fechamento de estabelecimentos e o esvaziamento da rua, esvaziamento de pessoas, não de carros. Alguns usos ainda resistem, porém muitos foram interrompidos, como a circulação de estudantes e trabalhadores das instituições de ensino.

MAPA DE EQUIPAMENTOS URBANOS NAS PROXIMIDADES DA R. GENERAL



## ANÁLISE SENSORIAL

Questionei nesta etapa a relevância do trabalho até aqui, cotidiano, uso da cidade,... E decidi levar em frente por entender a importância da cidade também em situações de crise.

Afastei-me das análises vivenciadas, visto que a recomendação é o isolamento. Mas não pude me afastar do local de estudo. Mesmo não estando lá fisicamente com a constância que gostaria me lembro do convívio na cidade, me enche de nostalgia lembrar do ver e sentir o ir e vir livre que antecedeu a pandemia.

Contudo, nos leva a repensar as relações estabelecidas até então e é com isso que me refiro à relevância deste trabalho. Sou levada a crer que hoje, ele é ainda mais relevante que há alguns meses.

Eu acredito que sim, que vamos valorizar o estar na rua, o utilizar a cidade, o caminhar e o conviver. Acredito que sim, pois é possível notar que, mesmo durante a pandemia, e após o início das flexibilizações de usos os estabelecimentos, parques, praias, centros comerciais, tem sido muito utilizados.

Nesse sentido recorro novamente a R. General Bittencourt. Uma rua viva por si só, que mesmo sufocada pelo impacto do automóvel, concentra corpos diversos nos mais inusitados usos. Uma rua que permeia outras ruas que pulsam convívio social e trocas genuínas. Esta por sua vez conecta pontos de grande concentração de pessoas e que mais uma vez são requisitados neste momento difícil, educação, escolas, universidades, ciência, gerando conhecimento e pensamento crítico, mas que veem nessa rua um local hostil e por isso dão a volta. Vejo na General Bittencourt, mesmo agora, um potencial incrível de compartilhamento, de troca e de apropriação.

Para tanto, no mês de setembro realizei mais algumas visitas ao local de estudo, neste mês as flexibilizações do isolamento foram mais intensas, comércios e serviços podem atuar normalmente desde que respeitada a capacidade máxima de pessoas dentro dos estabelecimentos e que o uso de máscaras seja constante.



• Fiação exposta

• Relação das fachadas com a rua.  
• Aproximação através de varandas, portões e vitrines e apropriação através de mesas de bar, placas informativas e conversas entre comerciantes pelas fachadas.

• Edifícios ociosos

Fonte: Acervo pessoal.  
TIRADA EM 05/03/2020.



• Grande número de lotes vazios e terrenos com uso para estacionamentos

Fonte: Acervo pessoal.  
TIRADA EM 05/03/2020.

QUESTIONAMENTOS QUE SURGIRAM AO LONGO DO TRABALHO E FORAM IMPORTANTE PARA O ENTENDIMENTO DA RELEVÂNCIA DO PROJETO

*A pandemia vai passar, nós vamos voltar às ruas, mas com que mentalidade? Com que movimentação?*

*Vamos desejar contato físico? Vamos suprir a saudade de ver a vida acontecer do lado de fora?*



• Edificações na escala do pedestre, relações interessantes entre as fachadas e a rua

• Excesso de veículos e vagas da estacionamento

Fonte: Acervo pessoal.  
TIRADA EM 05/03/2020.

*Alguns dos questionamentos que surgiram e que fizeram com que me atentasse a esses aspectos e também ao estudo da região, foram:*

*Como a cidade pode ser um agente de manutenção de usos e serviços em um período de crise sanitária?*

*Como ela pode ser utilizada como instituição de ensino?*

*Auxílio a essas pequenas empresas que não suportaram as portas fechadas?*

*Mantenedora das culturas presentes na região?*

*Como conexão entre áreas mais de maior fluxo, com transportes eficientes?*

*E ainda, como espaço de lazer, de forma segura.*

## ANÁLISE SENSORIAL

Contudo, ao visitar o local de estudo, me deparei ainda mais lotes e edificações ociosas, fechadas e subutilizadas, os veículos continuam sendo priorizados e há pouca utilização da rua pelo pedestre, tanto como passagem como em relação à permanência. Pequenos estabelecimentos como bares, restaurantes que se mantêm continuam com fluxo de usuários locais que trabalham na região ou vivem nas proximidades.

À noite, alguns estabelecimentos se abrem e atendem às movimentações que ocorrem por ali. Pequenos bares, com boa parte dos usuários em pé na rua ou em mesas também colocadas nas calçadas, com características similares aos da região do Centro Leste de Florianópolis, já se apropriam da R. General Bittencourt com uma lógica de ampliação deste uso na região.

Essa ampliação do uso noturno gera uma nova urbanidade nessa rua, este uso até então inexplorado, demonstra a possibilidade de ocupação neste período, estimulando a diversidade de usos da cidade, uma democratização desses espaços que agora são ocupados por uma camada da população que não utilizava essa rua.

Contudo, levanta-se a possibilidade da valorização da rua, do ponto de vista do aumento do valor dos imóveis e também inviabilizar a ampliação do uso residencial ao longo da rua.

Acredito que a contenção das problemáticas geradas por esse uso poderiam ser debatidas e solucionadas através de políticas públicas para a região, visto que o uso noturno é uma ampliação das potencialidades desta rua. Por enquanto, esses equipamentos se encontram em pequena quantidade e situados na parte final do trecho dois (exemplificado em seguida), ou seja, não se expandindo ao longo de toda a via.



Fonte: Acervo pessoal.  
TIRADA EM 25/09/2020.

- Incidência solar intensa



Fonte: Acervo pessoal.  
TIRADA EM 25/09/2020.

- Patrimônios sem manutenção e sem atividades



Fonte: Acervo pessoal.  
TIRADA EM 01/05/2020.

- Atendimentos do albergue municipal e Centro POP aumentaram em decorrência da pandemia



Fonte: Acervo pessoal.  
TIRADA EM 01/05/2020.

- Fechamento de estabelecimentos comerciais



Fonte: Acervo pessoal.  
TIRADA EM 01/05/2020.

- Fechamento de estabelecimentos comerciais



Fonte: Acervo pessoal.  
TIRADA EM 01/05/2020.

- Aumento do número de edificações ociosas



## SETORIZAÇÃO

Para o entendimento melhor da rua, optei por realizar a divisão da mesma em quatro trechos com características marcantes que facilitam sua compreensão e também, posteriormente, a organização das diretrizes.

O primeiro trecho é caracterizado pela proximidade ao Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e é uma das entradas principais da Rua General Bittencourt. O fluxo de pessoas é mais intenso, se aproxima de pontos de ônibus, grandes equipamentos de saúde e de alimentação (localizados na Av. Mauro Ramos) e também concentra edifícios habitacionais de maior porte (até 12 pavimentos).

Há a proximidade à Praça Olívio Amorim, a única Área Verde de Lazer da região e localiza-se também o Conjunto V de tombamento do Bairro Tronqueira, com edificações em bom estado de conservação com usos regulares.

O segundo trecho da rua é o mais longo, neste o uso predominante é comercial e ele também é marcado pela grande quantidade de edificações ociosas e lotes subutilizados. Predominam edificações baixas (um e dois pavimentos), havendo apenas uma edificação de 12 pavimentos.

Aqui encontra-se o Centro Educacional de Jovens e Adultos (CEJA), o Centro POP (Serviço de atendimento a pessoas em situação de rua) e três bares com atividades noturnas.

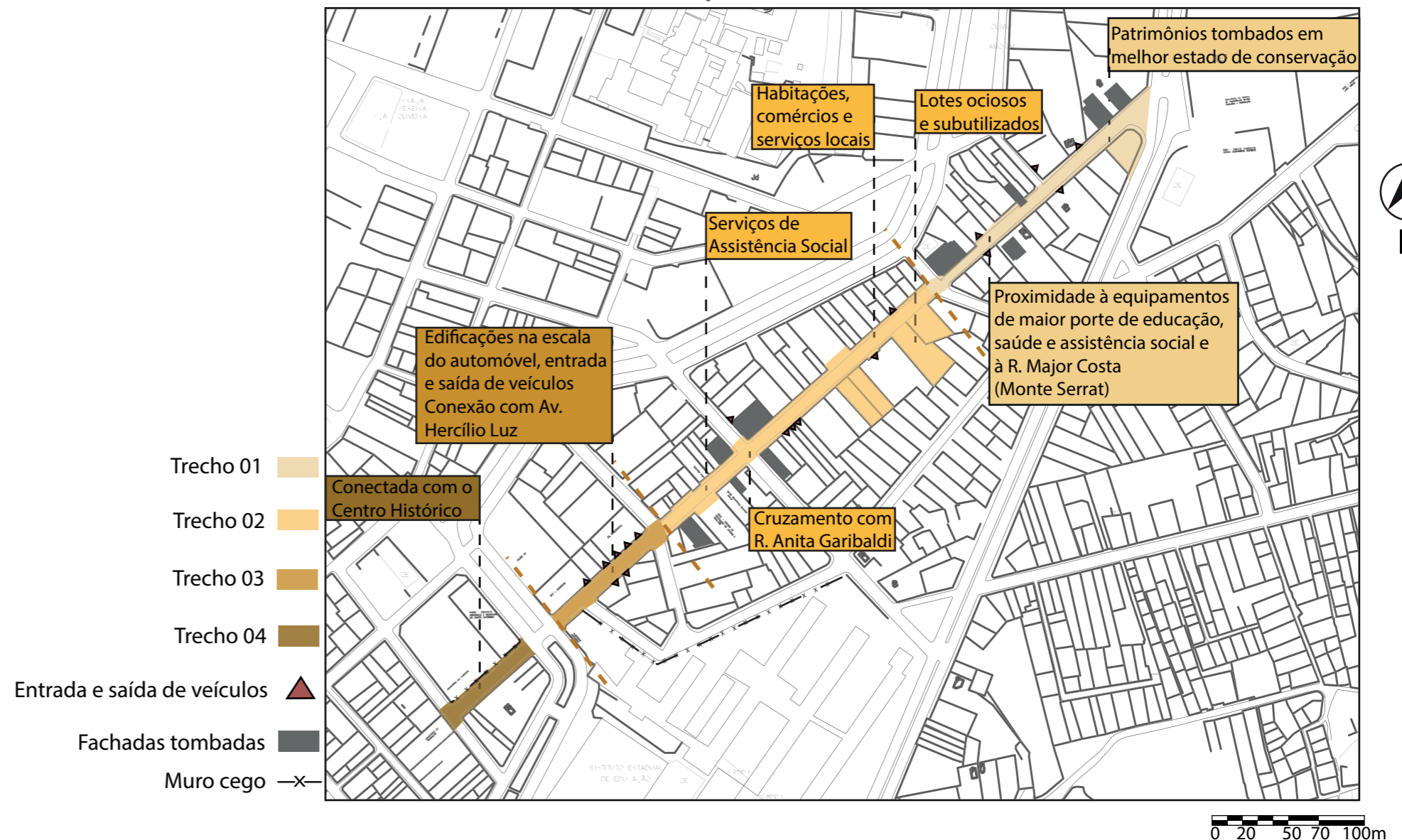
Há também o Conjunto IV de tombamento do Bairro Tronqueira, que se estende no cruzamento com a Rua Anita Garibaldi, também de importância histórica. Algumas das edificações tombadas se encontram sem uso, havendo inclusive depreciação gradual das fachadas.

O terceiro trecho é caracterizado por fachadas sem conexão com a rua, as portas das edificações se abrem para outras ruas e as janelas também não apresentam conexão efetiva com a R. General Bittencourt. Apresenta grande potencial de entrada para a rua, visto que se conecta com a Av. Hercílio Luz, mas isso não se encontra valorizado.

O último, fica entre a Av. Hercílio Luz e a Rua Vítor Meirelles, este trecho, assim como o anterior não tem fachadas conectadas com a rua, mas tem como diferença ser mais similar às ruas do Centro Leste, portanto foi efetuada esta divisão. Esta é a única parte da rua que apresenta uma alteração topográfica, sendo mais alto na parte final (esquina com a R. Vítor Meirelles), o que cria um interessante eixo visual para a rua toda, assim como para o Maciço do Morro da Cruz, que permanece na outra extremidade da rua.

Nas páginas a seguir encontram-se os quatro trechos individualizados com imagens representativas das questões apresentadas.

MAPA DE ANÁLISE COM SETORIZAÇÃO EM QUATRO TRECHOS



## TRECHO 01

Ao lado temos o mapa do primeiro trecho delimitado e logo acima uma vista superior com demarcação, nesta vista é possível observar a proporção das edificações e seu caráter predominantemente residencial.

Em seguida temos as imagens relacionadas com o mapa de acordo com a posição da via em que cada uma foi coletada. É possível notar a conservação das edificações tombadas neste trecho, contudo também observa-se a relação visual do pedestre com essas edificações que permanecem desvalorizadas visualmente pela posição e tamanho de algumas edificações do entorno e também pela poluição visual causada pelas fiações expostas e os veículos estacionados na frente.

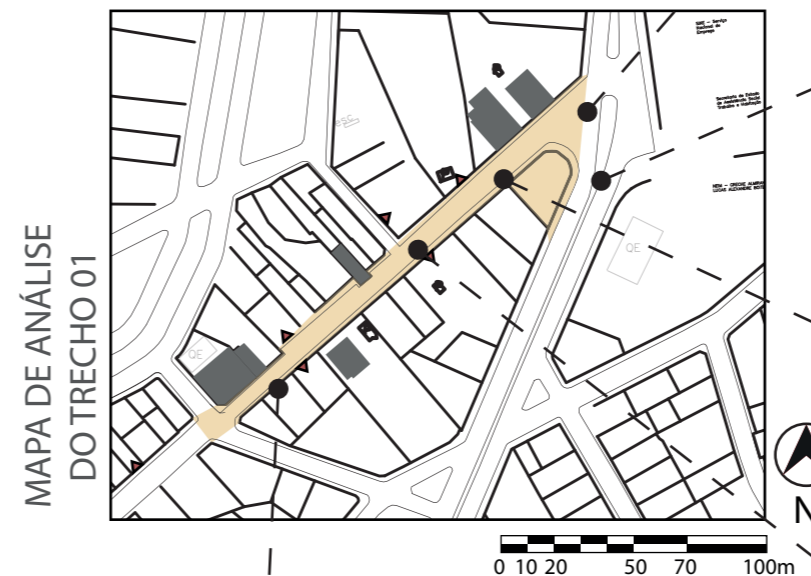
A relação do pedestre com a rua também é bastante comprometida, visto que as calçadas são estreitas e há um avanço de duas edificações tombadas para o centro da rua, criando pontos sem calçadas como é possível observar nas imagens 06 e 07.

A caminhabilidade e o estar são pouco utilizados em decorrência da falta de equipamentos que estimulem esses usos, como calçadas de qualidade, sombra por vegetação ou marquises e mobiliário urbano passíveis de apropriação.

À noite a rua é bastante iluminada, contudo não há estabelecimentos ou qualquer atividade que estimule o uso, portanto não há ocupação noturna significativa, somente, mais uma vez o uso como estacionamento.



Imagem 05 - Vista superior com demarcação do TRECHO 01.



Fonte: Imagens 05, 06 e 07 - Google Earth.  
Imagens 08, 09 e 10 - Acervo pessoal. 06/11/2020



Imagem 10 - Edificações que avançam para o meio da rua e vagas de estacionamento.



Imagem 06 - Entrada da rua e edificações tombadas.

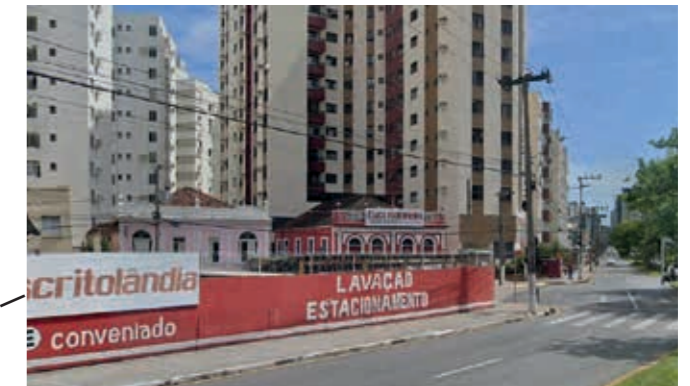


Imagem 07 - Possibilidade de eixo visual para tombamentos.



Imagem 08 - Destaque para o uso como estacionamento.

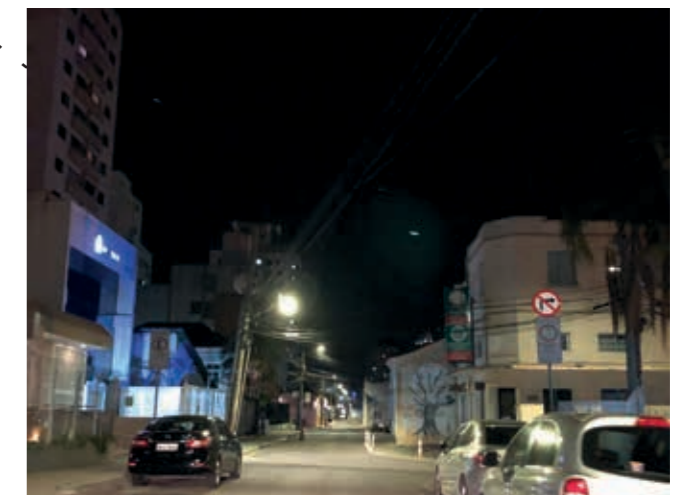


Imagem 09 - Fotografia noturna, rua continua tendo o uso como estacionamento marcante.

## TRECHO 02

O trecho 02 é o mais extenso, nele concentram-se atividades comerciais, tendo uso diurno cotidiano bastante intenso e a habitação permanecendo em segundo plano. Este trecho apresenta o maior número de edificações ociosas e lotes subutilizados, assim como o conjunto IV de tombamento, tendo várias edificações tombadas, tanto na R. General Bittencourt quando na R. Anita Garibaldi, inclusive no seu cruzamento, no qual existem quatro edificações tombadas (imagem 13).

O uso noturno se caracteriza pela presença de três bares e uma distribuidora de bebidas que permanecem abertos atendendo a população, nas imagens 14 e 15 é possível notar como esse uso se debruça pela rua mesmo com a falta de espaço nas calçadas e a ocupação pelos veículos nas vagas de estacionamento.

Este uso se expande da Av. Hercílio Luz e também a exemplo dos bares situados no centro leste da cidade, é possível notar essa semelhança através da localização e do formato da ocupação, uma vez que se concentram muito próximo do trecho 03, este conectado com a Av. Hercílio Luz.

O uso noturno expande a dinâmica da rua, criando novas formas de ocupação em diferentes horários, antes não explorados, existe uma democratização de acesso uma vez que esse uso ocupa a rua e não só os estabelecimentos envolvidos, contudo vai de encontro com a possibilidade de uso habitacional uma vez que incentiva o barulho no período da noite e também possibilidade a valorização do trecho podendo causar o aumento do valor dos aluguéis e dos imóveis.



Imagem 11 - Vista superior com demarcação do TRECHO 02.



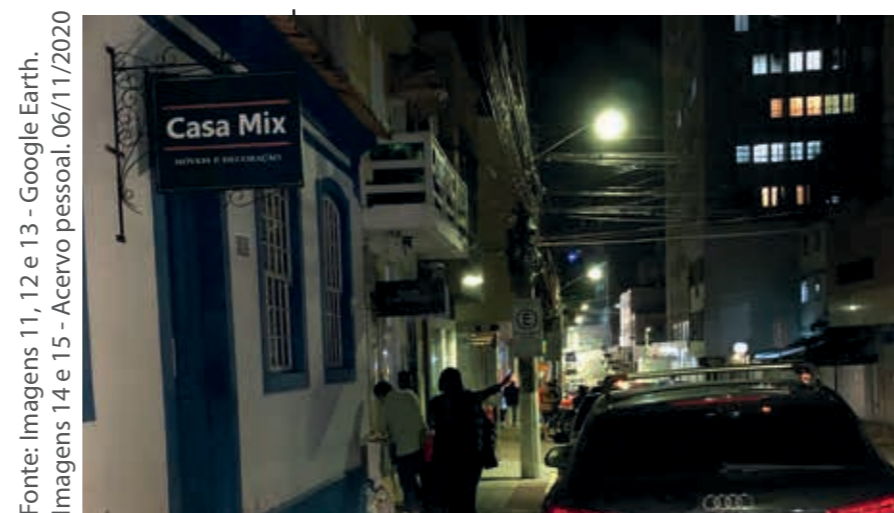
MAPA DE ANÁLISE DO TRECHO 02



Imagem 12 - Fiações aparentes e vagas de estacionamento.



Imagem 13 - Edificações tombadas no cruzamento com R. Anita Garibaldi.



Fonte: Imagens 11, 12 e 13 - Google Earth. Imagens 14 e 15 - Acervo pessoal. 06/11/2020

Imagem 15 - Fotografia noturna, pessoas utilizando a calçada como expansão do uso do bar.



Imagem 14 - Fotografia noturna, bar se apropriando da calçada.

## TRECHO 03

O trecho 03 conecta a Av. Hercílio Luz com o trecho 02, neste as fachadas são majoritariamente fechadas para a rua, e apresentam uma escala maior do que no trecho anterior. É possível perceber a desconexão do pedestre com a rua que acaba utilizando a Av. Hercílio Luz (possivelmente aumentando a distância do seu trajeto) como uma possibilidade de caminho mais agradável.

Esse fechamento das fachadas justifica também o porquê do uso noturno não adentrar à R. General Bittencourt de forma intensa à exemplo das ruas próximas no centro leste.

Esta entrada para a rua aproxima-se do Instituto Estadual de Educação (IEE) onde há um grande fluxo de pessoas, principalmente no horários do meio dia e fim da tarde, assim como a proximidade de edificações com prestação de serviços, tendo muitos trabalhadores que trabalham nas proximidades.



Imagem 16 - Vista superior com demarcação do TRECHO 03.



Imagem 17 - Uso da via como estacionamento e fachadas sem interação eficiente com a rua.



Imagem 18 - Cruzamento com Av. Hercílio Luz, fachadas fechadas para a rua.

Fonte: Imagens 16 - Google Earth.  
Imagens 17 e 18 - Acervo pessoal. 25/09/2020

O último trecho conecta a Av. Hercílio Luz até a R. Vítor Meirelles, também é um bastante curto e apresenta características mais semelhantes ao Centro Leste do que à própria R. General Bittencourt.

Em relação ao uso, este apresenta a fachada do Ministério da Fazenda em uma das suas laterais, criando um paredão lateral na rua e do outro lado uma grande estacionamento em um nível abaixo da rua (único segmento da rua com desnível topográfico).

Como afirmado, em uma das laterais se encontra o Ministério da Fazenda e, à frente da continuidade da rua, o Ministério do Trabalho, denotando a representatividade de equipamentos de serviço público, decorrente das transformações institucionais do século passado na região.

Na esquina com a Av. Hercílio Luz há também uma edificação ociosa que foi incluída à rua a título de análise e posteriormente à projeto, como aparece no mapa, ao lado desta pequena edificação se encontra a Casa José Boiteux, hoje Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, uma edificação tombada construída no início da década de 1920, mesma época da canalização do Rio da Bulha, posteriormente coberto gerando a Av. Hercílio Luz.

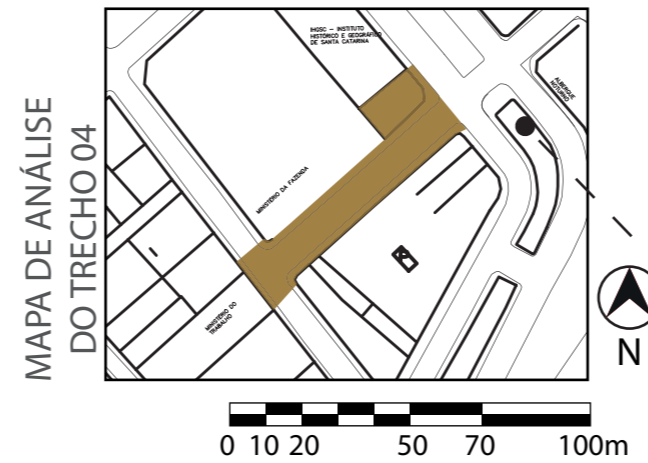


Imagem 19 - Vista superior com demarcação do TRECHO 04.

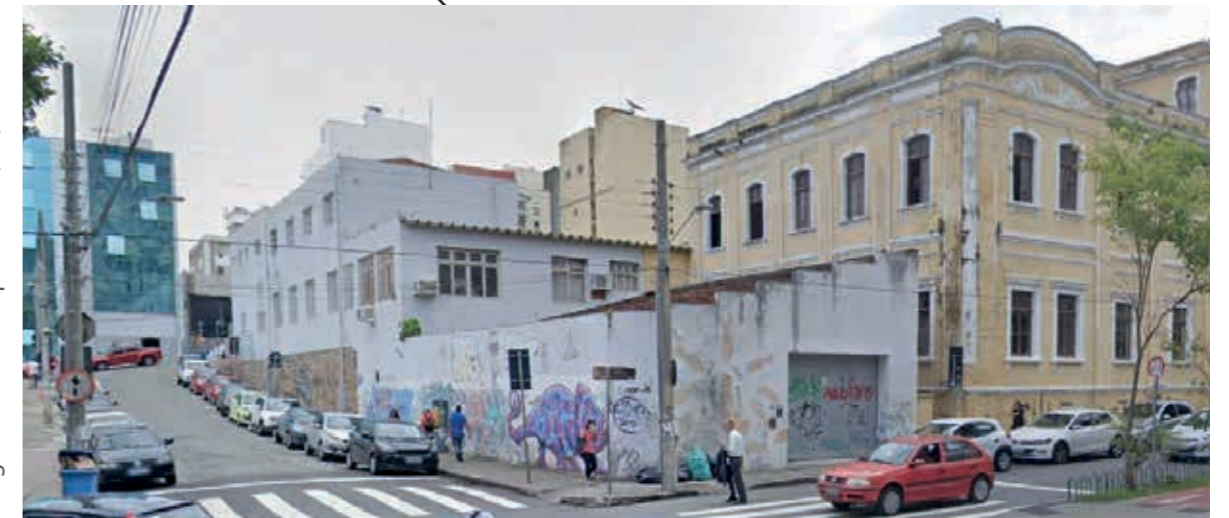


Imagem 20 - Cruzamento com Av. Hercílio Luz, fachadas fechadas para a rua e edificação ociosa na esquina.

Fonte: Imagem 19 - Google Earth.  
Imagem 20 - Acervo pessoal. 25/09/2020

# PROPOSTA

## DIRETRIZES

A proposta visa priorizar os usos pertencentes à região, entendendo a dinâmica que ocorre atualmente e explorando alguns potenciais que visualizo na região como seu caráter de uso cotidiano, de diversidade, sócio geográfico e patrimonial, tendo o pedestre como agente principal e sua percepção como a mais relevante na rua.

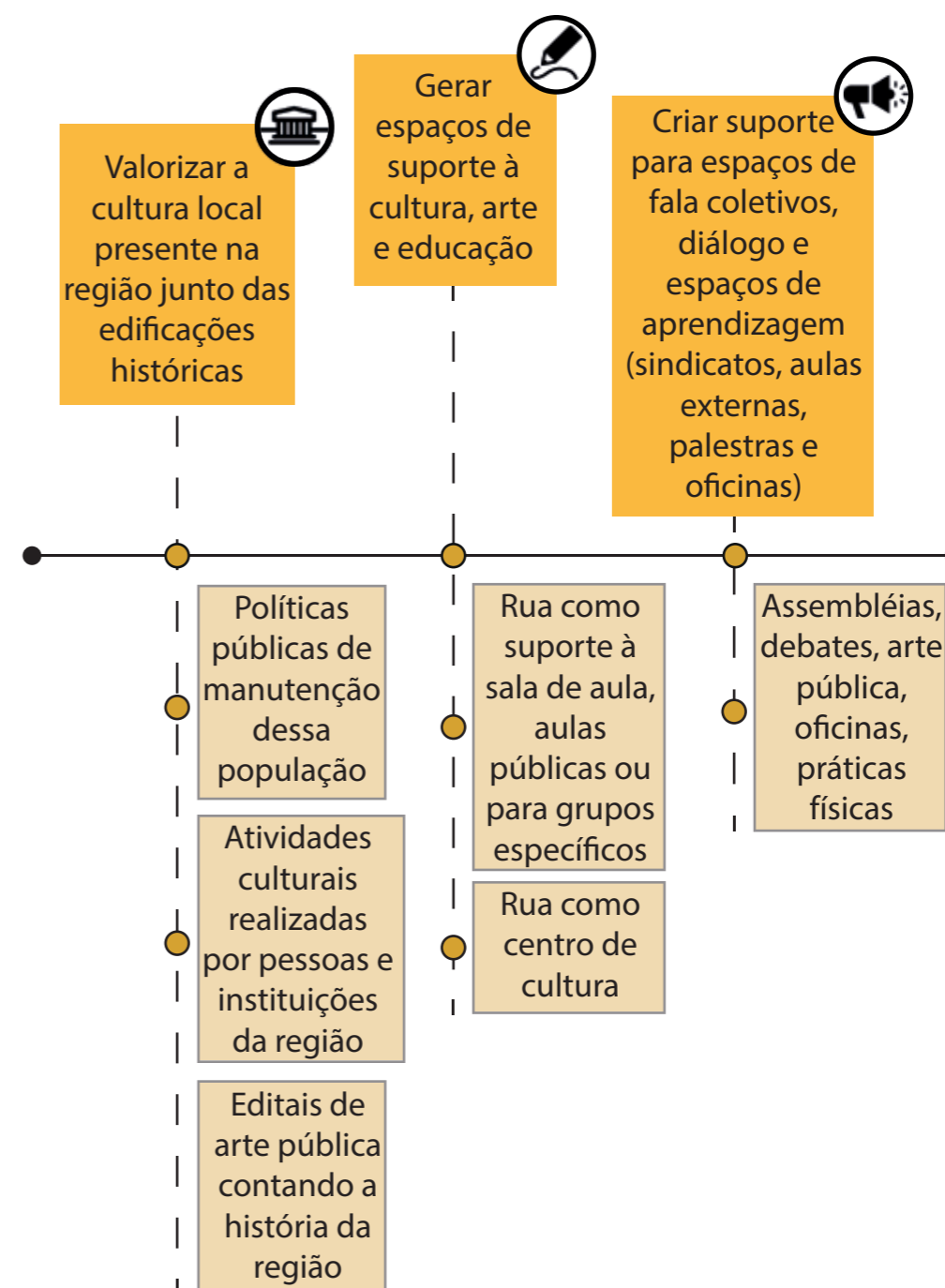
Para isso, estudo a possibilidade de atuação no nível de diretrizes em três tempos: curto, médio e longo prazo. Essas diretrizes se apresentam em dois esquemas (curto e médio e longo prazo) tendo para cada diretriz um símbolo caracterizando-as individualmente, esses símbolos se apresentarão no mapa da proposta, indicando em cada trecho quais as diretrizes cabíveis e contempladas no desenho sugerido.

As cores de cada aplicação temporal apresentam diferentes intensidades e indicam diretrizes de curto prazo (ao lado), médio prazo em intensidade média e longo prazo em amarelo escuro. Abaixo da linha horizontal estão as possibilidades de atuação específicas para a região que compreendem cada uma das diretrizes traçadas.

Sendo assim, defino curto prazo sendo o período de transição durante a pandemia, ou seja, reabertura das atividades, mas sem estimular concentração de grandes grupos de pessoas. Com algumas restrições de uso e distanciamento, estimulando o uso do espaço público para fomentar atividades que tiveram de ser suspensas em decorrência da crise sanitária em eventos específicos e ocasionais e políticas públicas de auxílio aos estabelecimentos que sofreram danos econômicos nessa etapa.

Para tanto, uma primeira medida seria valorizar os usos, as apropriações presentes na região através de políticas públicas de manutenção da população que ali reside e trabalha, estimulando o uso das edificações para comércios locais e habitações, oferecendo subsídios para realização de atividades e eventos culturais organizados por pessoas e instituições da região e criação de editais de arte pública que contarão a história da região.

Outra diretriz neste momento inicial seria gerar espaços de suporte à atividades educacionais, culturais e artísticas tendo a rua como suporte à aulas públicas ou para grupos específicos, exposições de arte e eventos que anteriormente seriam realizados exclusivamente em ambientes fechados. Assim como espaços que fomentem o diálogo, com espaços de aprendizagem, oficinas, assembleias, debates, práticas físicas, realizadas por agentes locais, como sindicatos, artistas e pessoas que detenham saberes a serem divididos com atividades pontuais e poucas pessoas.



# PROPOSTA

## DIRETRIZES

Para o médio prazo uma medida seria a adoção de mudanças mais significativas no caráter da rua, ou seja, implantação de um desenho urbano para gerar espaços de lazer e estar, incentivar a permanência gradual, inserção de vegetação e mobiliário urbano, fechamento de trechos da rua para automóveis, com especificidades para entrada e saída de veículos nos edifícios. Aqui as políticas públicas para a valorização do patrimônio histórico com uso social ou comerciais públicos nessas edificações começa a ganhar corpo explorando a dicotomia entre passado e presente.

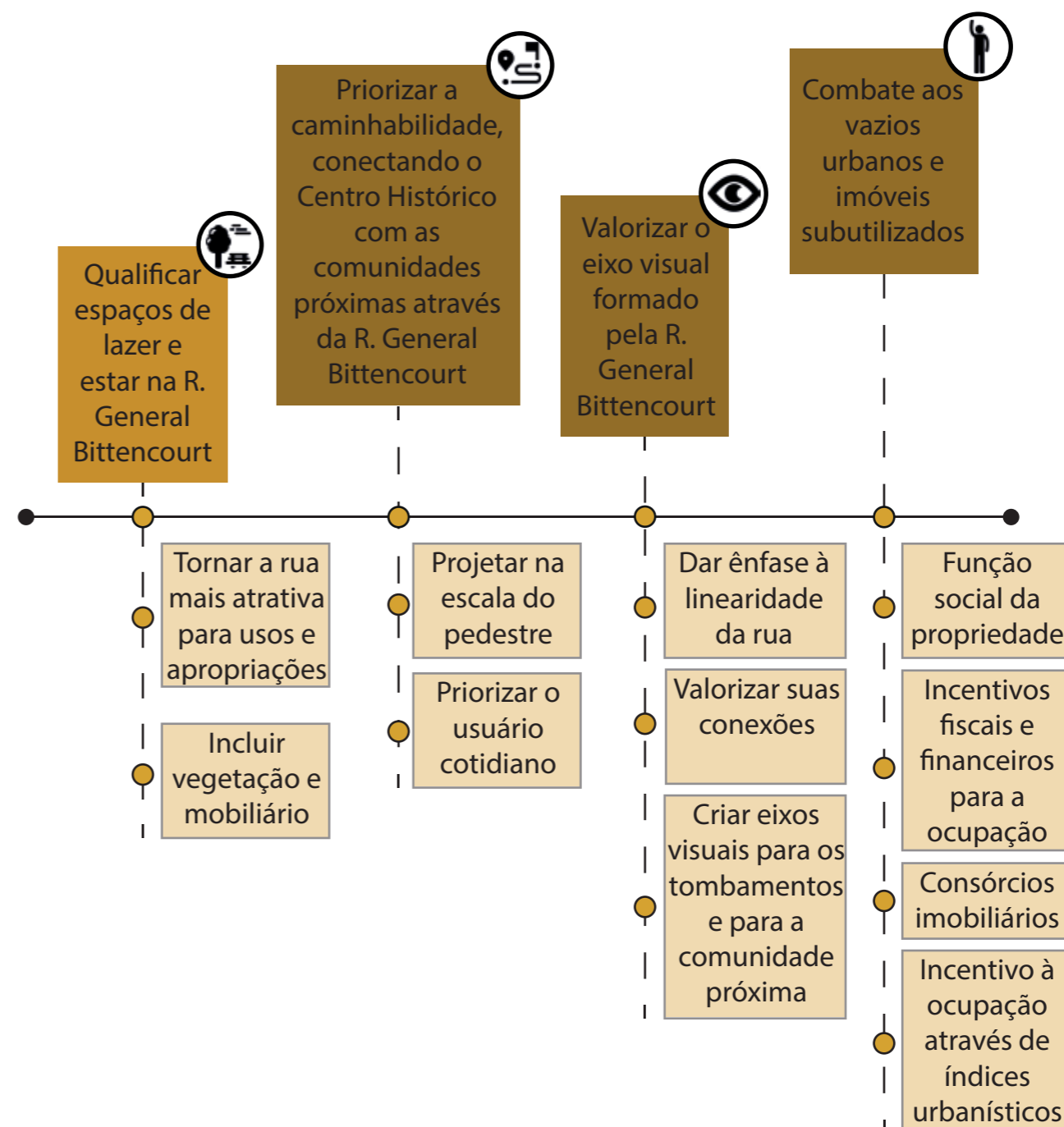
No longo prazo seria uma situação onde a pandemia não é mais uma questão em relação à permanência na rua, promove-se eventos através de políticas públicas, concursos e editais para a ocupação da rua e ampliação dos usos. O lazer, o estar e a caminhabilidade continuam como prioridades nesta etapa, com a correlação com as vias próximas para o acesso através de transporte coletivo, bicicleta e outros meios de transporte alternativos. Estimula-se a realização de oficinas, cursos, exposições, feiras, manifestações culturais e sociais.

Desta forma a caminhabilidade se torna importante a nível de projeto, onde se busca executar ações projetuais na escala do pedestre, valorizando o usuário cotidiano. Neste momento destaca-se a conexão entre o Centro Histórico da cidade e as comunidades próximas através da R. General Bittencourt e R. Anita Garibaldi, cria-se eixos visuais que destacam os tombamentos e também a visualização do Maciço do Morro da Cruz, através da linearidade da rua.

E por fim, executa-se as medidas de combates à vazios urbanos e imóveis subutilizados na região. Essas medidas devem ter etapas preliminares iniciando no curto prazo com notificação dos proprietários destes imóveis, atentando para a Função Social da Propriedade, uma medida Constitucional Federal definida pelo Estatuto da Cidade e planos diretores municipais. Ou seja, medidas que estimulem os proprietários dos imóveis a ocuparem, edificarem e cumprirem com os usos estabelecidos pelo Plano Diretor em áreas centrais das cidades brasileiras.

Com isso, ao longo de cinco anos deve ser obedecido às notificações, colocado em vigor o IPTU progressivo àqueles que não encaminharem um projeto de novo uso para a prefeitura no período de um ano após a notificação, em seguida são realizadas medidas específicas a cada caso, assim como ações para a manutenção de patrimônios tombados e usos sugeridos às edificações, caso não seja respeitado, existem medidas de desapropriação mediante ao pagamento em títulos da dívida pública, levando ao uso público da edificação ou terreno, dentre outras medidas aplicadas progressivamente (SMDU, 2014).

Em algumas edificações e terrenos específicos destaco no mapa dos trechos uma ocupação possível, que se relaciona com o estabelecido em projeto, de acordo com a análise do trecho em questão e do atendimento ao público da região.



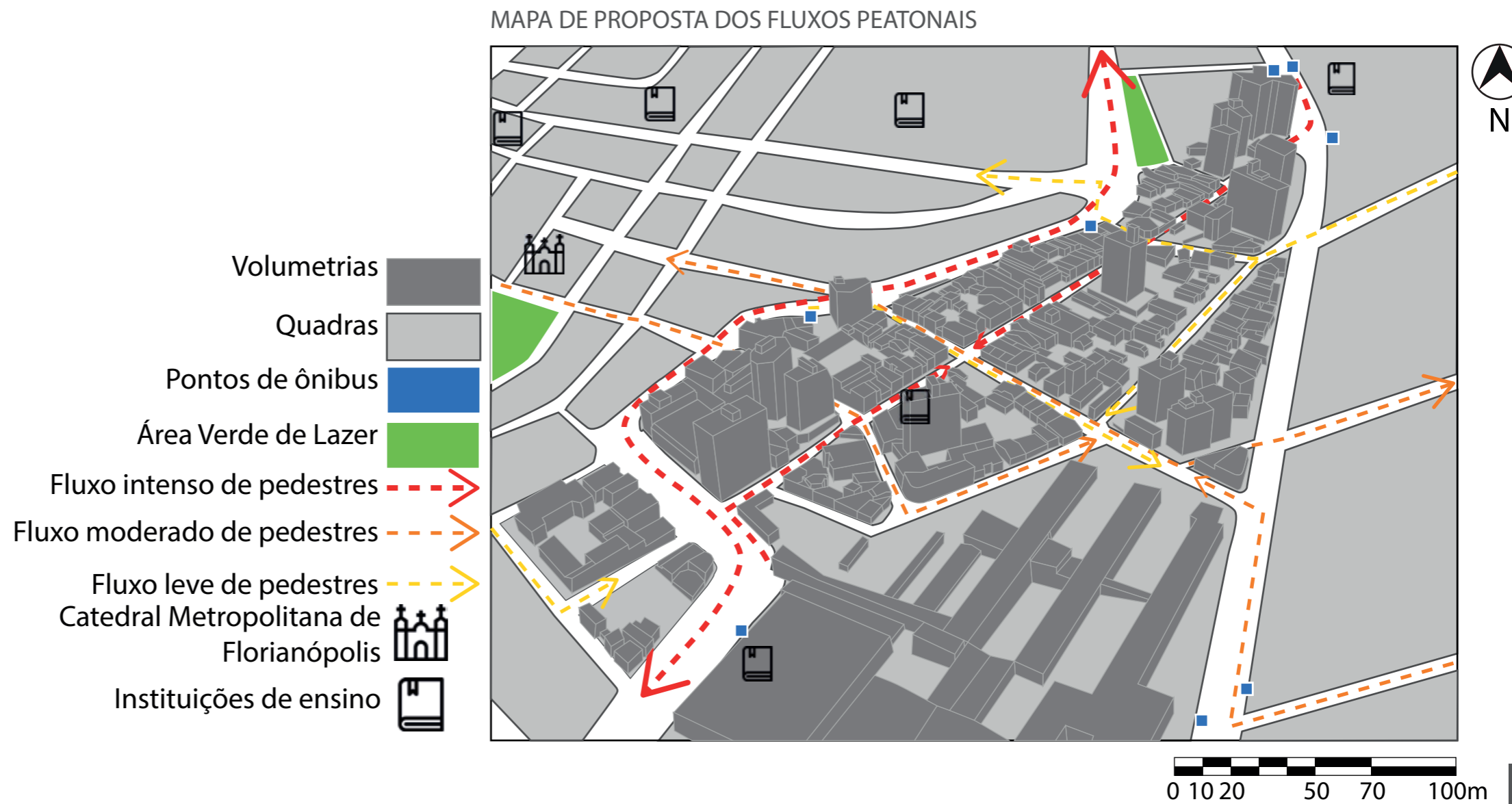
Após a definição das diretrizes e tendo como objetivo os usos, apropriações e conexões possíveis na escala do pedestre através dessa rua para diferentes pontos da cidade, desenvolvi um mapa que indicasse as conexões peatonais presentes e também as que são possibilitadas com o aumento da caminhabilidade na R. General Bittencourt.

Com a observância de equipamentos básicos, como de saúde, educação, alimentícios, serviços públicos e áreas residenciais, organizei um primeiro esboço desses possíveis trajetos.

Em seguida incluí as conexões com transporte coletivo, observei os pontos de ônibus existentes e as linhas a que estes atendem, concluí que a região é suprida através da Av. Mauro Ramos e que nos dois sentidos da via existe a proximidade de pontos de ônibus na entrada da R. General Bittencourt. Considerando também o projeto do BRT que está em etapa de execução na cidade de Florianópolis, essa região seria ainda mais assistida.

Demarquei conexões entre o Centro Histórico, Praça XV de Novembro e Catedral Metropolitana de Florianópolis com os equipamentos existentes nas avenidas Hercílio Luz e Mauro Ramos, assim como com o Maciço do Morro da Cruz, mais especificamente Monte Serrat (bairro conectado com a região estudada).

A intensidade das cores dos fluxos foi definida por intensidade de fluxo e também pela intensidade em mais horários do dia, ou seja, fluxos em amarelo indicam que ocorrem em alguns momentos específicos e com menor intensidade de pessoas.





## APLICAÇÃO DAS DIRETRIZES

Para a aplicabilidade dessas diretrizes optei por, assim como na análise, manter a setorização da rua em quatro trechos, de acordo com os diferentes caracteres encontrados. Ao lado nota-se a divisão do mapa nos quatro trechos e as diretrizes simbolizadas para cada trecho.

Busco sugerir também os usos predominantes em cada um dos trechos, para que se mantenha a coerência com a diretrizes de desenho. Deixando claro que o objetivo do trabalho é a apropriação dos usuários cotidianos de acordo com suas particularidades.

Portanto, no primeiro trecho sugiro o uso habitacional como predominante, mantendo os comércios e usos sociais (como o do albergue municipal) que ali existem e adicionando habitação com o intuito de ampliar o uso da rua em diferentes horários e gerar espaços de lazer e estar para estudantes e profissionais das instituições do entorno e população que convive na região.

O segundo trecho sugiro uso comercial com o intuito de ampliar os usos diurnos e também hospedagens temporária (hostels, albergues) e bares e restaurantes com o intuito de ampliar o uso da rua, gerando urbanidades diversas, convivendo com usos sociais e destacando as rugosidades presentes na região.

O uso habitacional também é relevante neste trecho, visto que através do uso residencial se mantém uma dinâmica frequente de uso da rua, para isso, indico o uso das edificações ociosas com políticas públicas de atuar através da função social da propriedade (Lei Federal 10.257/2001) e também com medidas de incentivo financeiro para a ocupação dessas edificações, com objetivo de manter a população que habita e resiste nesse espaço e também ressaltar sua perspectiva histórica, buscando não desenvolver um caráter gentrificador através do projeto.

Para o terceiro trecho sugiro a criação de projetos junto das instituições próximas, buscando, no longo prazo conectar essas fachadas

com a rua, gerando aberturas com espaços de estar e conectividade entre os usos sociais e educacionais das instituições e a população geral. A intenção no projeto entregue é reativar essas fachadas com arte urbana e vegetação com o intuito de gerar a sensação de “entrada” para a rua, gerando curiosidade e conforto ao pedestre.

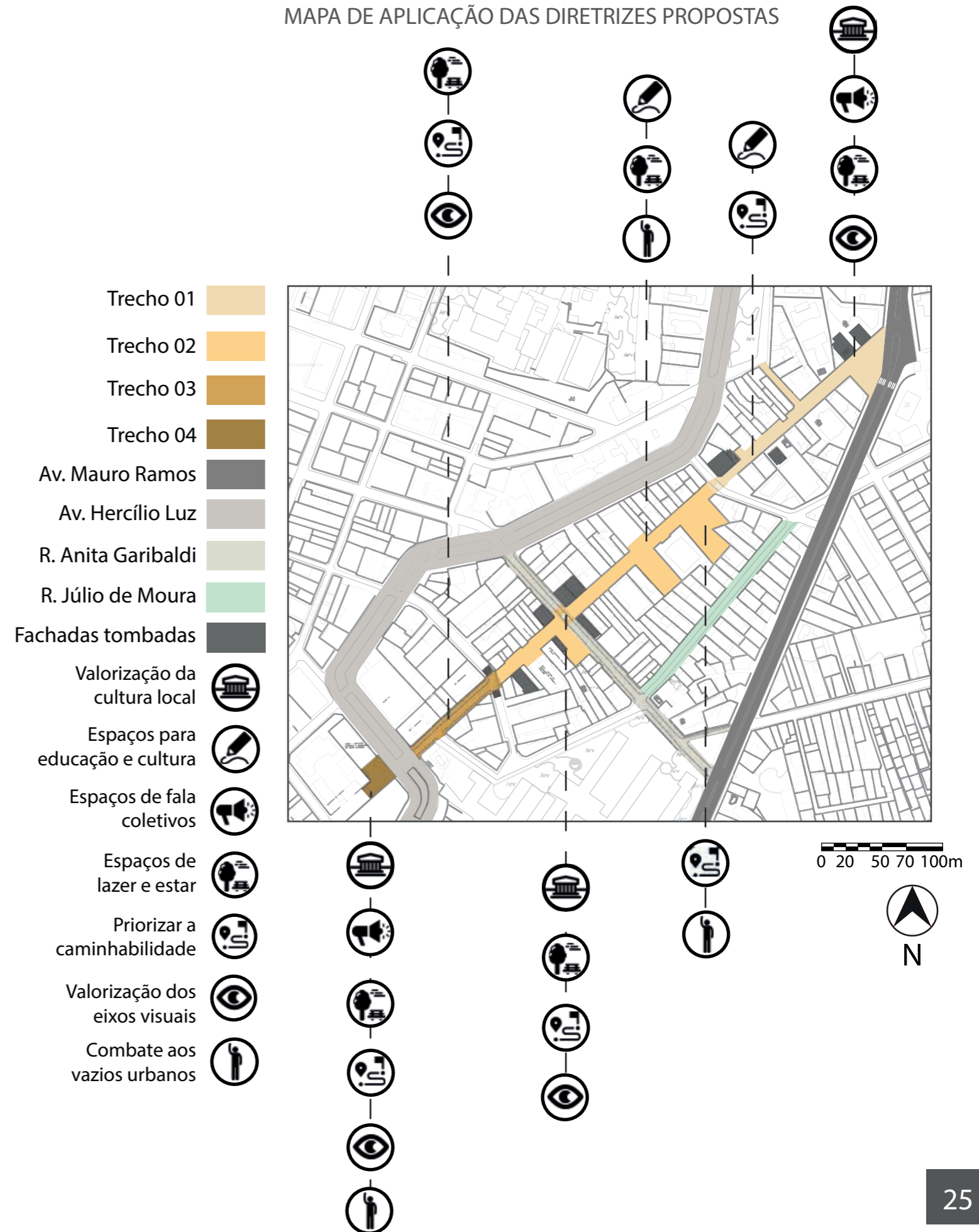
O último trecho apresenta um grande terreno subutilizado e edificações ociosas, esta quadra foi objeto de estudo de um trabalho de conclusão de curso de Arquitetura e Urbanismo de autoria de Marcelo Carlos Monteiro. Este trabalho sugere a ampliação de usos e integração com o Centro Leste através de uma edificação com uso de restaurante popular, área escolar e comércio familiar.

Por visualizar no trabalho dele, diretrizes coerentes com as que abordo neste, optei por visualizar nesse terreno esta possibilidade de projeto, visto que observo neste trecho, maior coesão com a região do Centro Leste do que com a própria R. General Bittencourt, portanto optei por dar menos ênfase na continuidade da rua e manter a coerência entre os pontos inicial e final da rua em relação ao projeto.

Em decorrência disso atuo somente, do ponto de vista projetual, a parte que cabe ao início deste trecho, pois este apresenta uma edificação ociosa, possibilidade de uso a partir do Instituto Estadual de Educação (caráter similar ao trecho 01) e uma edificação de valor histórico-cultural, assim como os outros trechos da R. General Bittencourt.

Sendo assim, desenvolvo o desenho urbano coerente com os outros trechos da rua, até a região da pequena praça na esquina com a Av. Hercílio Luz, valorizando a fachada do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, antigo Instituto Politécnico, construído em 1920, e criando um espaço de estar e também de reuniões e aulas públicas.

## MAPA DE APLICAÇÃO DAS DIRETRIZES PROPOSTAS



No primeiro trecho portanto, sugiro o fechamento da via para veículos e a abertura do terreno da esquina com a Av. Mauro Ramos (hoje é um estacionamento aberto) para uma praça, que possibilita a visualização das edificações tombadas no início da rua.

Esta abertura permite também a criação de um espaço aberto à apropriação, com uma arquibancada, canteiros com vegetação e mobiliário urbano para espaços de estar, mas também uma área livre para manifestações culturais, artísticas, aulas públicas, assembléias e também atividades esportivas esporádicas.

O desenho dos canteiros busca trazer coerência para toda a via e ainda gerar ambiências e tornar a caminhabilidade mais agradável, com momentos de sombra pela vegetação. Este desenho se estende pela Tv. Olindina Alves Pereira com o intuito de conectar a AVL Praça Olívio Amorim com o desenho da rua.

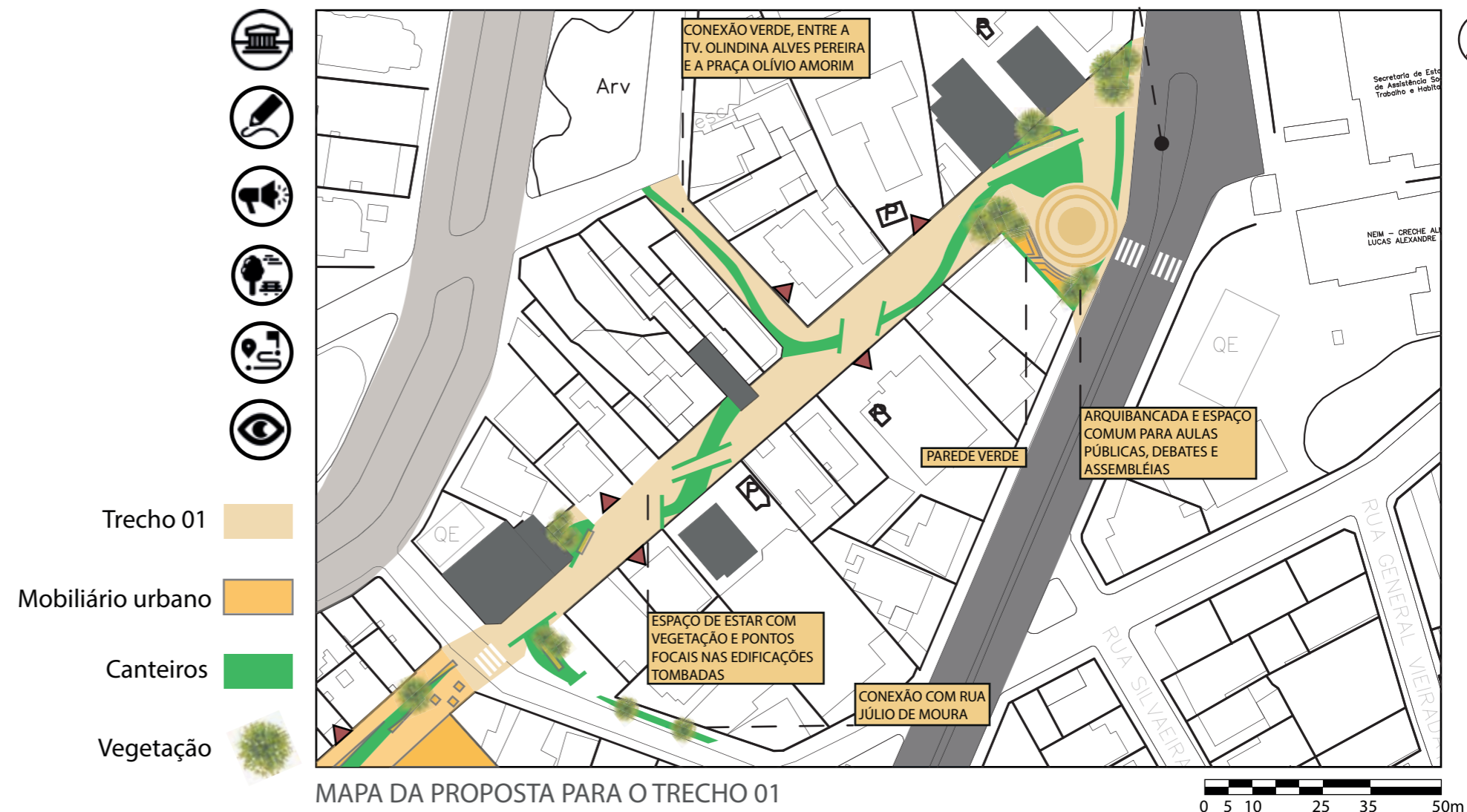
Seguindo pelo trecho, há ainda três edificações tombadas, duas delas avançam sobre a rua, estreitando a largura da mesma e gerando um espaço entre que foi utilizado no trabalho para gerar uma área de descanso e estar e dando visibilidade às fachadas tombadas.

O desenho da rua segue para o trecho 02, mas também se bifurca para a Tv. Jorn. Osvaldo Mello com a intenção de seguir pela R. Júlio de Moura.

As diretrizes aplicadas neste primeiro trecho são, portanto: a valorização das edificações tombadas, estimulando o uso, a conservação e demarcando eixos visuais para essas edificações, criação de espaços de lazer e estar, espaços de fala e diálogo coletivos e espaços de incentivo à cultura, arte e educação, priorizando o pedestre e a caminhabilidade.



Imagem 21 - Colagem da entrada do trecho 01 a partir da Av. Mauro Ramos. Representação de possíveis usos e apropriações. Pessoas de skate, feira do livro, piquenique, etc. Fonte: desenvolvimento autoral.



TRECHO 02

O trecho 02 apresenta uso comercial predominante e muitas edificações ociosas e terrenos subutilizados, para isso sugiro alguns possíveis usos para essas edificações e terrenos.

Os usos sugeridos são relacionados ao uso coletivo, como praça de uso público, habitação de interesse social multifamiliar, comércios e serviços e ampliação do serviço de assistência social com restaurante popular aberto ao público.

Aqui o desenho da via se estende ao longo do trecho com interrupções para passagem e aberturas de espaços de estar. O primeiro terreno demarcado em amarelo está sendo utilizado como estacionamento e a sugestão de uso para ele seria a construção de uma edificação, com possibilidade de consórcio imobiliário ou incentivo de índices urbanísticos, com foco em habitação social e possibilidade de uso comercial no térreo.

O segundo terreno demarcado apresenta um desenho pouco intervencionista, com uma arquibancada lateral, vegetação e espaço livre no centro, estimulando a apropriação, as atividades sugeridas são: atividades esportivas, basquete, skate,..., assim como exposições artísticas, feiras de livro, feiras culturais, apresentações, mostras de filmes e aplicação de arte urbana relacionada com a história da região nas fachadas cegas do terreno.

Este trecho também é fechado para veículos, havendo apenas balizamento em alguns momentos para entrada e saída de veículos das edificações. Contudo, há o cruzamento com a R. Anita Garibaldi.

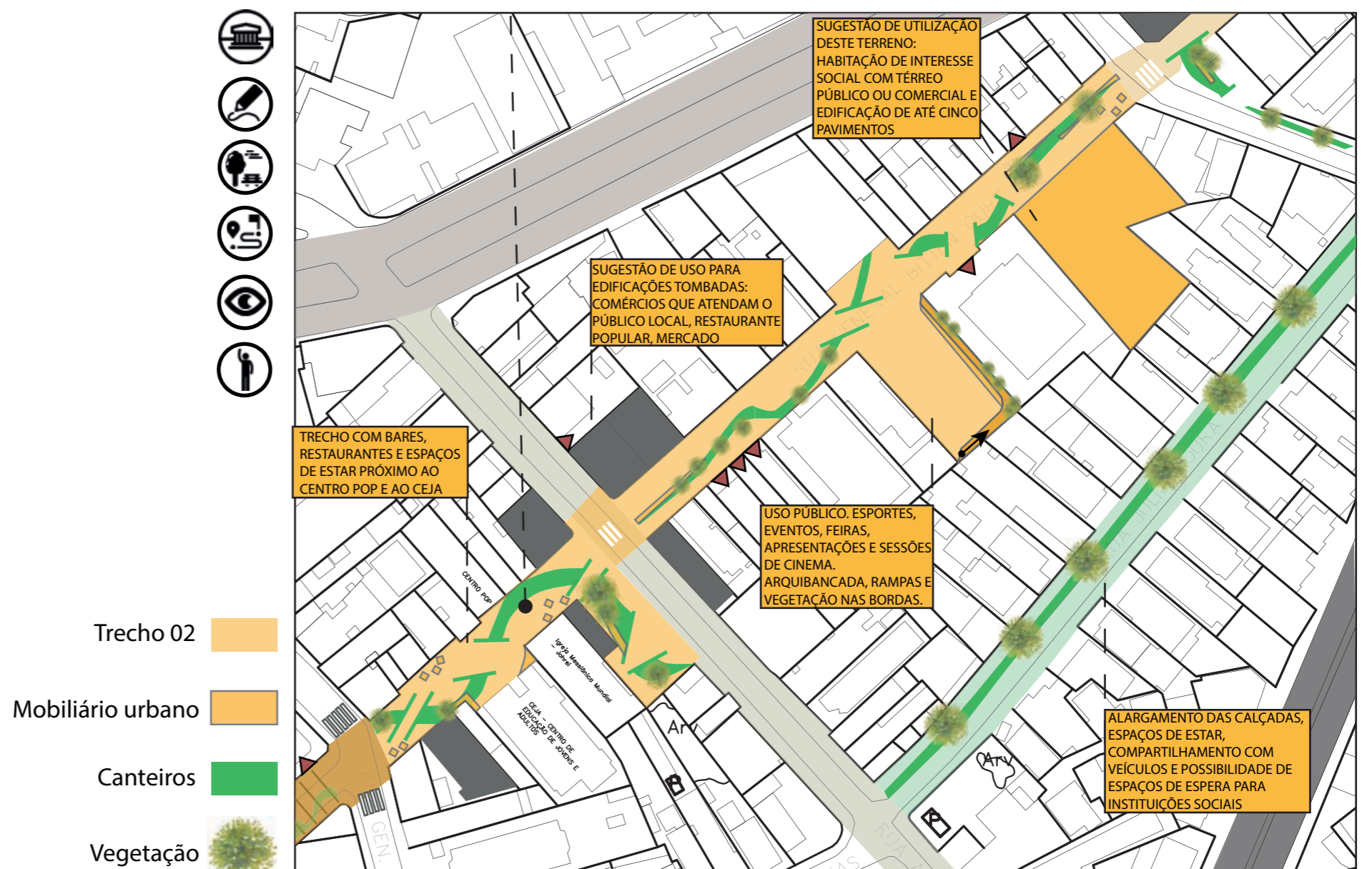
Neste ponto (demonstrado na imagem ao lado) pode-se notar a presença de quatro edificações tombadas, duas estão sem uso no momento, uma com uso comercial diurno e outra com uso comercial noturno. Para essas edificações sugiro uso comercial como restaurante, mercado local ou bares/cafés.

O trecho após o cruzamento com a R. Anita Garibaldi apresenta características de ocupação noturna e para tanto, acredito que a rua seja capaz de ampliar esse uso e democratizar a ocupação.

As diretrizes mais importantes para o trecho 02 são: valorização da cultura local e do patrimônio histórico tombado, criação de espaços de estar e lazer, assim como de incentivo à apropriação individual e coletiva, o estímulo à caminhabilidade e conexão do Centro Histórico com o Monte Serrat através da R. Anita Garibaldi, também com edificações tombadas e o combate à vazios urbanos com políticas que estimulem a função social da propriedade.



Imagem 22 - Colagem do cruzamento do trecho 02 com R. Anita Garibaldi. Representação de possíveis usos e apropriações. Feira livre, mesas na rua, ciclistas, etc. Fonte: desenvolvimento autoral.



O terceiro trecho apresenta características diferentes dos demais. Ele tem uma função de retorno de veículos, conectando o Centro Leste à região da R. General Bittencourt e avenidas próximas, por esse motivo, optei por manter o fluxo de veículos neste trecho, mas com o cuidado de manter a prioridade ao pedestre.

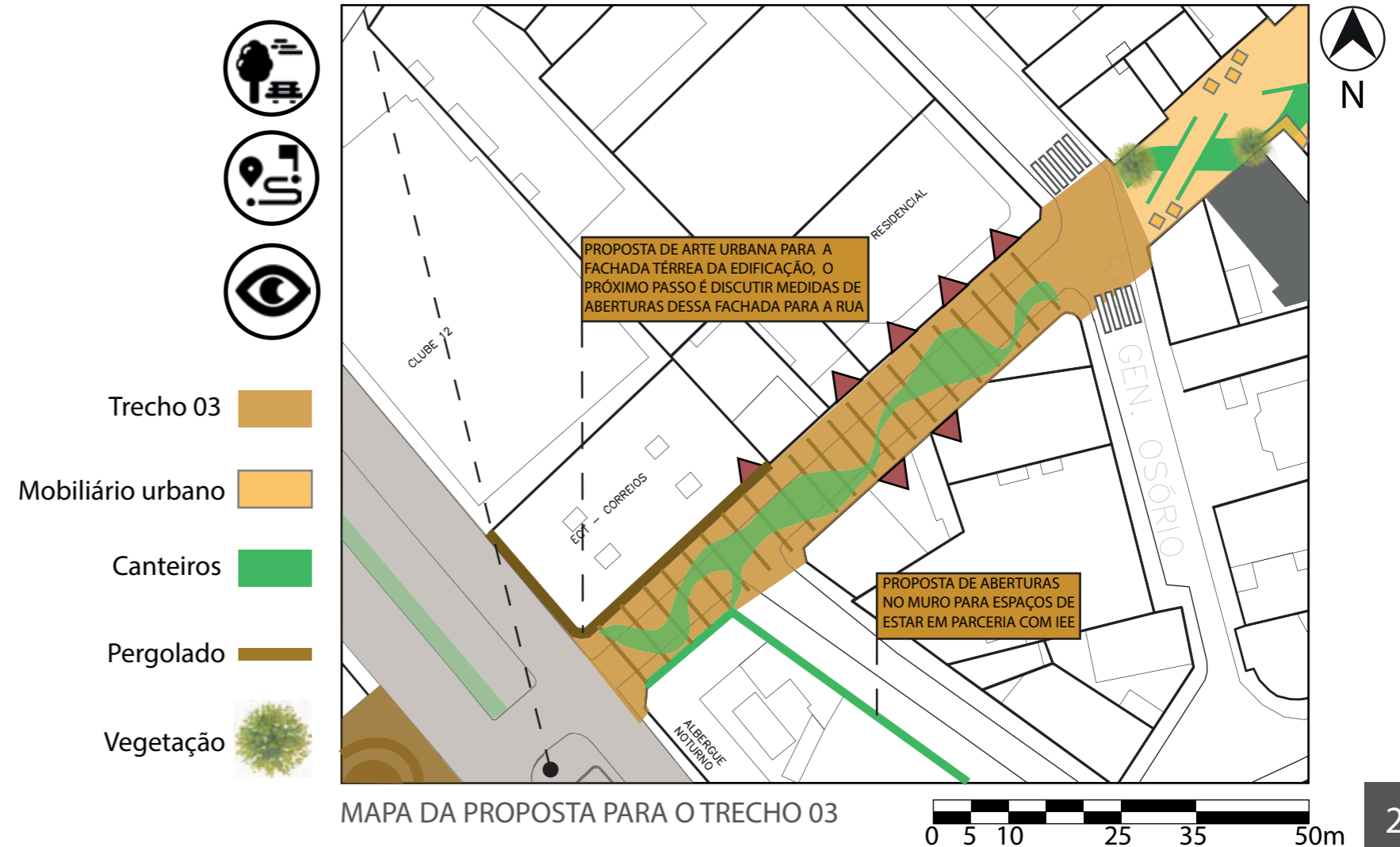
Neste trecho as fachadas são majoritariamente fechadas para a rua, então, para criar uma ambiência agradável e para gerar a sensação de curiosidade e interesse pela rua, utilizo arte urbana e vegetação, dialogando com os outros trechos. Dou continuidade ao desenho dos canteiros de forma aérea com um pergolado gerando sombra durante o dia e com iluminação durante a noite.

As calçadas foram alargadas neste desenho mantendo apenas a faixa para um veículo, sem vagas de estacionamento, o que diminui a velocidade desses automóveis e permite mais liberdade e conforto ao pedestre. Nas calçadas há também bancos, a exemplo da Av. Hercílio Luz e também dos outros trechos da rua.

As diretrizes mais relevantes neste trecho são: qualificar espaços de lazer e estar, priorizar a caminhabilidade e o pedestre e valorizar o eixo visual linear da rua.



Imagem 23 - Colagem do final do trecho 03 a partir da Av. Hercílio Luz. Representação da transformação das fachadas, cobertura da rua e priorização do pedestre no trecho compartilhado. Fonte: desenvolvimento autoral.



TRECHO 04

O último trecho, como citado anteriormente, conecta a Av. Hercílio Luz e a R. Vítor Meirelles e apresenta características muito semelhantes às outras vias do Centro Leste de Florianópolis. Por esse motivo, optei por intervir somente no início do trecho, área que considero semelhante ao caráter da General Bittencourt e que também conecta os usos da área estudada com os existentes no Centro Histórico, que tem ocupação noturna e viés cultural bastante forte.

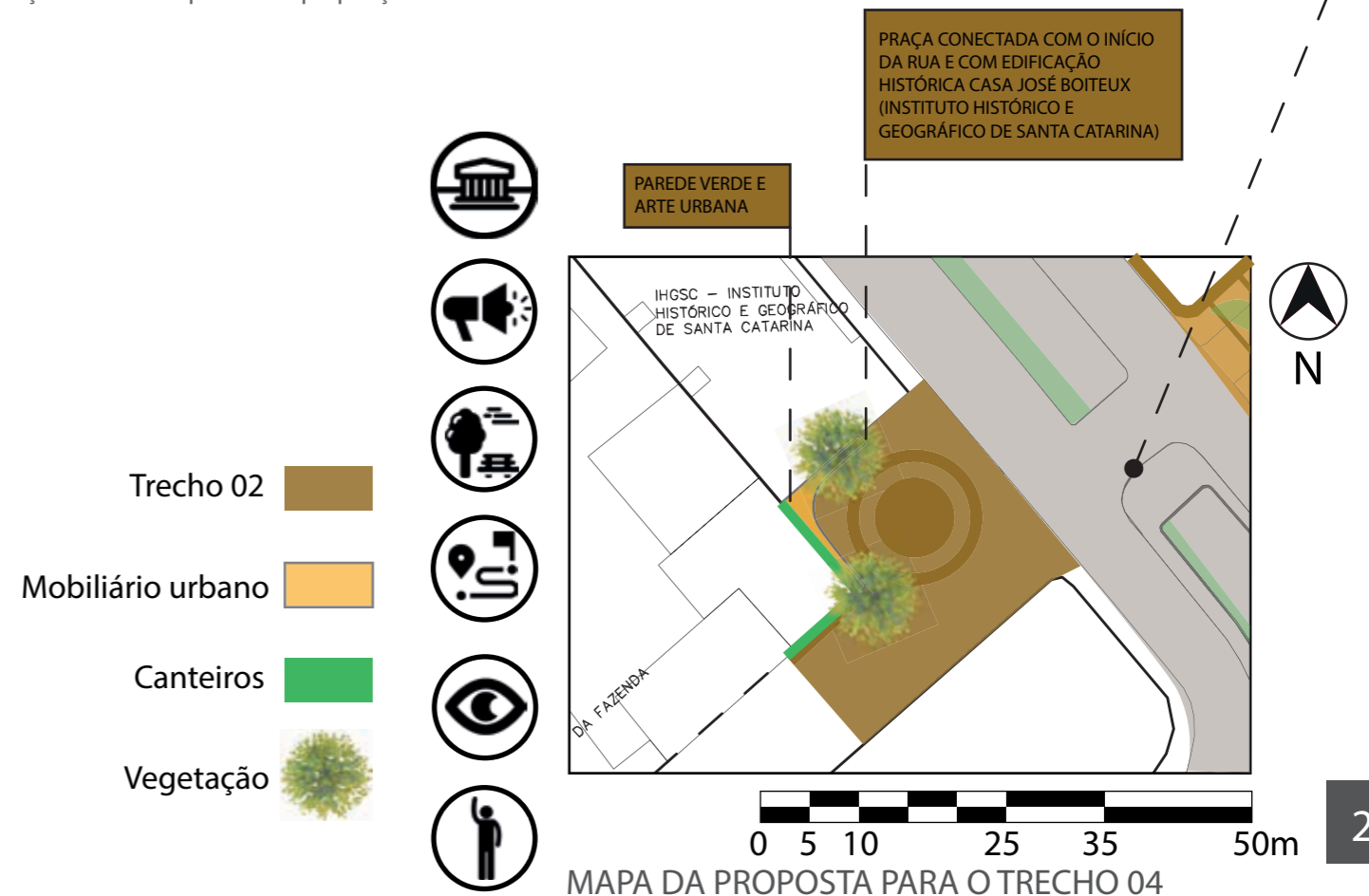
Para isso, abro o terreno lateral à Casa José Boiteux, edificação tombada existente na Av. Hercílio Luz, e exploro o potencial de apropriação da praça por sua proximidade ao Instituto Estadual de Educação, o eixo visual à edificação tombada e o potencial de continuidade do desenho da rua, assim como a conexão com a Av. Hercílio Luz através da vegetação.

Sugiro também a utilização de arte urbana por artistas locais e sobre a história local na fachada fechada do Ministério da Fazenda, com o intuito de dialogar com outros trechos da rua e trazer a tona a história da região.

As diretrizes presentes neste trecho são: a valorização da edificação tombada presente, a criação de espaço de lazer e estar, assim como espaços de diálogo e aprendizagem, conexão entre o Centro Leste e áreas contíguas, destaque ao eixo visual da rua e o combate aos terrenos ociosos.



Imagem 24 - Colagem da esquina do trecho 04 a partir da Av. Hercílio Luz. Representação da transformação das fachadas, abertura da praça, valorização da edificação tombada e possíveis apropriações cotidianas. Fonte: desenvolvimento autoral.



# AGRADECIMENTOS

*Agradeço de forma muito especial à minha família, principalmente à meus pais, pelas oportunidades durante toda a vida, por acreditarem em meus sonhos e me incentivarem a segui-los, à minha irmã que é e sempre foi um ouvido atento à minhas questões, sem invalidar e sempre lembrando a minha capacidade de enfrentá-las.*

*À minha tia Rosane, que em todo esse período foi compreensiva, incentivadora e presente e ao Ygor que nem por um instante duvidou da minha capacidade de desenvolver um bom projeto e ainda foi abraço, afeto e presença.*

*Agradeço ao meu orientador, Samuel Steiner, que durante a graduação foi uma inspiração como urbanista e professor e que durante o desenvolvimento do trabalho se tornou ainda mais, demonstrando prontidão para sanar minhas dúvidas, orientando o prosseguimento e incentivando cada uma de minhas decisões com sensibilidade e direcionamento.*

*Agradeço a Viviane da Luz Monteiro, você foi importantíssima nesse processo. Agradeço também às minhas amigas que foram ouvido atento tanto em relação ao trabalho, como para espairecer nos momentos de folga. Principalmente, Andressa, que me incentiva e confia em mim de formas e em momentos que nem eu mesma acredito e Mariana, minha mentora e inspiração, que mostrou que posso seguir meu caminho de forma mais leve e verdadeira.*

*Assim como outras pessoas que foram norte e carinho durante esse processo, gratidão.*

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MELO, Sabrina Fernandes. **Normatização das construções urbanas e desenvolvimento arquitetônico em Florianópolis**, Revista Santa Catarina em História. Florianópolis - UFSC - Brasil ISSN 1984- 3968, v. 1, ed. 2, 2010. Disponível em: <http://www.nexos.ufsc.br/index.php/sceh/article/viewFile/340/183>. Acesso em: 5 jan. 2020.
- SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis**. Orientador: Prof. Dr. Élson Manoel Pereira. 2009. 658 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Pós-graduação em Geografia do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis: Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1960. 288 p. v. 307.
- SEPHAN, Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Decreto nº 190, de 29 de maio de 1990**. Exclui, dos conjuntos tombados pelo decreto nº 270/86, imóveis não considerados de valor histórico/arquitetônico, e dá outras providências. Florianópolis, 29 maio 1990.
- CUNHA, Thaís. **Um estudo de verificação de uso do patrimônio histórico municipal tombado no centro de Florianópolis**. Orientador: Rodrigo Rosa, Esp. 2012. 83 p. Relatório de Estágio Supervisionado/TCC (Grau de Bacharel em Turismo) - FACULDADES INTEGRADAS ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE SANTA CATARINA, Florianópolis, 2012. Disponível em: [http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/30\\_09\\_2013\\_11.27.47.9f87f782251449c315cf240877a2eea6.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/30_09_2013_11.27.47.9f87f782251449c315cf240877a2eea6.pdf). Acesso em: 3 jan. 2020.
- FLC, FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS (ed.). **O governo Bolsonaro: um balanço da destruição do Estado Brasileiro**. In: O governo Bolsonaro: um balanço da destruição do Estado Brasileiro. São Paulo - SP, 25 mar. 2020. Disponível em: <https://www.laurocampos.org.br/2020/03/25/o-governo-bolsonaro-um-balanco-da-destruicao-do-estado-brasileiro/>. Acesso em: 5 out. 2020.
- SIMMEL, Georg. **Grandes cidades e a vida do espírito**. Tradução: Artur Morão. Covilha: LusoSofia, Universidade da Beira Interior, 1903. 20 p.
- EDELWEISS, Roberta Krahe. **Cidade contemporânea, memória e preservação patrimonial: Uma interpretação a partir das preexistências culturais**. Cidade contemporânea. Memória. Preexistências culturais. Preservação patrimonial. Campinas - SP, p. 162, 25 maio 2016.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 259 p. ISBN 85-314-0713-3.
- PMF (Florianópolis). Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Geoprocessamento Corporativo - Plano Diretor de Florianópolis**. Florianópolis: [s. n.], 2014. Ortofoto. Disponível em: <http://geo.pmf.sc.gov.br/>. Acesso em: 9 dez. 2019.
- PMF, PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Lei complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014**. Institui o plano diretor de urbanismo do município de Florianópolis que dispõe sobre a política de desenvolvimento urbano, o plano de uso e ocupação, os instrumentos urbanísticos e o sistema de gestão. D.O. ELETRÔNICO, [S. l.], p. 1, 17 jan. 2014. Disponível em: <http://leismunicipa.is/nmlr>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- CÂMARA DE VEREADORES. **Lei complementar nº 01, de 3 de outubro de 1997**. Dispõe sobre o zoneamento, o uso e a ocupação do solo no distrito sede de Florianópolis, e dá outras providências. [S. l.], 3 out. 1997. Disponível em: <http://leismunicipa.is/nojlp>. Acesso em: 18 nov. 2020.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 10.257, Cap. III, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências., [S. l.], 11 jul. 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10257.htm#:~:text=Para%20todos%20os%20efeitos%2C%20esta,bem%20como%20do%20equil%C3%ADbrio%20ambiental](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm#:~:text=Para%20todos%20os%20efeitos%2C%20esta,bem%20como%20do%20equil%C3%ADbrio%20ambiental). Acesso em: 25 nov. 2020.
- PMF, PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Lei nº 1.202, de 2 de abril de 1974**. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico e natural do município e cria o órgão competente. [S. l.], 2 abr. 1974. Disponível em: <http://leismunicipa.is/qabfd>. Acesso em: 8 set. 2020.
- MONTEIRO, MARCELO CARLOS. **Pedreira: Repensando a área histórica**. 1. ed. Florianópolis - UFSC: [s. n.], 2016. 100 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/213833>. Acesso em: 5 nov. 2020.

# REFERÊNCIAS DE IMAGENS

- Todos os mapas deste trabalho foram desenvolvidos por mim, autora do trabalho, com sobreposição ao mapa “TRIÂNGULO CENTRAL DE FLORIANÓPOLIS” disponibilizado no curso de ARQUITETURA E URBANISMO - UFSC pelo Professor RENATO SABOYA.

- Imagens 03, 04, 05, 11, 16 e 19 foram retiradas do Google Earth e realizada a demarcação dos trechos coloridos pela autora. Data de acesso: outubro e novembro de 2020.

- Imagens da página 13 - todas as imagens estão referenciadas por nome e data em que a fotografia foi feita, as que apresentam referência ao SEPHAN fazem parte do acervo físico da instituição. As demais foram feitas no mês de janeiro de 2020.

- Imagens das páginas 14 e 15 - todas as imagens são de autoria pessoal e apresentam junto da fonte sua data de realização.

- Imagens das páginas 18, 19, 20 e 21 - apresentam a fonte em escrita vertical. Algumas são de autoria pessoal e apresentam a data em que a fotografia foi realizada. Outras foram coletadas através do Google Earth nos meses de setembro e outubro de 2020.

- Imagens das páginas 26, 27, 28 e 29 - Imagens autorais realizadas através de colagem digital para a representação gráfica projetual. Realizadas no mês de novembro de 2020.

- Ícones utilizados nas diretrizes feitos por Freepik do site [www.flaticon.com](http://www.flaticon.com)